

FOLHETO EXPLICATIVO
DOS

QUADROS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

COORDENADOS

PELOS

PROFESSORES DE HISTÓRIA

CHAGAS FRANCO

DA UNIVERSIDADE DE LETRAS DE RÊNES
EM FRANÇA

E

JOÃO LOPES SOARES

DO INSTITUTO PROFISSIONAL DOS PUPLOS
DO EXÉRCITO



1929

PAULO GUEDES

Arco Bandeira, 76

Lisboa-Portugal

OS QUADROS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL DEVEM ESTAR EM TÔDAS AS AULAS DE HISTÓRIA, COMO OS EXEMPLARES DE ZOOLOGIA NAS AULAS DE ZOOLOGIA, OS EXEMPLARES DE BOTANICA NAS AULAS DE BOTANICA, OS APARELHOS DE FISICA NAS AULAS DE FISICA, O MATERIAL E REAGENTES QUIMICOS NAS AULAS DE QUIMICA, ETC.

FOLHETO EXPLICATIVO

DOS

QUADROS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

COORDENADOS

PELOS

PROFESSORES DE HISTORIA

CHAGAS FRANCO

DA UNIVERSIDADE DE LETRAS DE RÈNES—FRANÇA

E

JOÃO LOPES SOARES

DO INSTITUTO PROFISSIONAL DOS PUPILOS DO EXÉRCITO



1929

PAULO GUEDES

Arco Bandeira, 76

LISBOA-Portugal

OS QUADROS DA HISTORIA DE PORTUGAL COM ILUSTRAÇÕES DE ROQUE GAMEIRO E ALBERTO DE SOUSA REPRODUZIDAS A CORES E IMPRESSAS SOBRE CARTÃO MUITO FORTE, 70 X 95, CONSTITUEM 8 QUADROS PARIETAIS, CORRESPONDENDO A 8 CICLOS HISTÓRICOS.

ABRANGE O 1.º CICLO A CONSTITUIÇÃO DA NACIONALIDADE ATÉ D. FERNANDO I; O 2.º ALJUBARROTA E O SONHO DAS CONQUISTAS; O 3.º A REALIZAÇÃO DAS CONQUISTAS; O 4.º O PERÍODO DA INDECISÃO ATÉ 1640; O 5.º O PERÍODO DA MAGNIFICÊNCIA; O 6.º O PERÍODO POMBALINO; O 7.º O TEMPO DOS FRANCESES ATÉ AO CONSTITUCIONALISMO; E O 8.º A ATUALIDADE.

Quanto mais intenso fôr o conhecimento da história, tanto mais firme será a consciência da nacionalidade.

DR. J. LEITE DE VASCONCELOS

E é uma maravilha de reconstituição nos trajes e na indumentária, na fauna e na flora, na verdade do episódio e na verdade do ambiente.

Estes quadros, muito utilizados nas escolas ensinam, num quarto de hora, um mundo de coisas, e o seu poder de evocação, quando assim executados com rigor e com arte, certos no conjunto e no pormenor e seguros nos efeitos de luz e nos ritmos da côr é formidável e fulminante.

São, ao mesmo tempo, scenarios e acção.

Valem um compêndio de História.

Quem, como nós, a teve de aprender, decorando a data da morte dos reis e os locais onde foram sepultados, consola-se, pensando quanto se tem caminhado em pedagogia e quantas facilidades, pelo esforço da nossa geração renovadora se estão preparando para as crianças, que já não têm que fixar o ano das côrtes de Lamego.

MATOS SEQUEIRA

*São considerados contrafacção
os exemplares não rubricados pelo
editor.*

1.º CICLO

ILUSTRAÇÕES DE ROQUE GAMEIRO

CONSTITUIÇÃO DA NACIONALIDADE ATÉ D. FERNANDO I

IBEROS E CELTAS

O território da península como o de tãda a Europa foi habitado nos tempos prehistóricos, por vários povos entre os quais se destaca o homem do Cro Magnon como o tipo mais definido.

Esses homens prehistóricos travaram entre si lutas sanguinosas e permanentes até que os Iberos vieram estabelecer-se na península.

Os Iberos fundaram cidades, estabeleceram federações e tinham já um comércio e uma agricultura importantes quando a Ibéria foi invadida pelos Celtas.

Assim se originou a raça Celtibérica com os seus cinco grupos principais—os Cantabros, os Astures, os Vasconios, os Caláicos e os Lusitanos.

Dentre todos estes povos os Lusitanos interessam-nos de uma maneira especial por terem ocupado uma grande parte do território onde havia de mais tarde desenvolver-se a nacionalidade portuguesa.

OS ROMANOS E OS LUSITANOS

Eram os Lusitanos muito ciosos da sua liberdade e possuíam uma indomável coragem vivendo uma vida rude, sóbria e heróica que os tornava iminentemente próprios para as aventuras e a guerra.

Anibal tinha levado muitos dêles no seu exército quando fôra invadir a Itália e por isso em determinado momento a Lusitânia foi invadida pelos Romanos.

Já por êsse tempo os povos navegadores do mediterrâneo os Fenícios, os Cartaginêses e os Gregos se tinham estabelecido em colônias pelo litoral, numa penetração pacífica em que o comércio progrediu e as populações a pouco e pouco se civilizavam.

Os Romanos porém, vindo em tom de guerra absolutamente resolvidos à conquista não podiam ser bem acolhidos pelas ativas populações Luzitanas— a epopeia de Viriato, a longa resistência de Sertório duramente o provaram aos invasores.

Mas Sertório, romano foragido em consequência das lutas civis de Mário e Scilla conseguira a pouco e pouco pelas suas qualidades de atracção, pela suprema habilidade do seu governo romanizar as principais povoações da Luzitânia de maneira tão notável e profunda que tóda essa parte da península se apaixonou pelas letras, pelos costumes, pela jurisprudência e pelas instituições de Roma.

Nos principios do século v o império Romano começou a ser assaltado pelos bárbaros, e Jerôncio o general romano que governava a Espanha deixou passar para cá dos Pireneus os Vândalos, os Alanos e os Suevos.

Essas ordas ferozes devastaram a península, mas os Visigodos que vieram pouco depois exterminaram-nas quasi por completo.

Estabelecidos na península, os Visigodos tinham já na segunda metade do século v um grande poder; nos séculos vi e vii êsse poder tornava-se formidável; os Visigodos começavam a assimilar a florescente civilização Romana.

Assim, os Visigodos abandonavam os seus costumes tradicionais e adoptavam os usos e as leis Romanas promulgando nos meados do século vii o *Código Visigótico*.

Era êste um sistema de leis gerais applicadas a todos em igualdade de circunstâncias baseada no direito latino e nas antigas tradições Visigodas.

O *Código Visigótico* marca um grande progresso no seu tempo, não havia então por tóda a Europa leis escritas; só a vindicta a *wergheld*, remissão das penas a dinheiro e o *Juízo de Deus* eram práticas seguidas para se fazer justiça e por isso o Código nos prova que a Espanha era no século vii um país de adiantada civilização.

OS MOUROS

Nos principios do século viii o império Visigótico estava em plena decadência e por isso Tarique, na batalha de Guadalete, desbaratou o último rei dos godos.

Tarique e Musa em 710 conquistaram rapidamente uma grande parte da península; Abde-Alaziz filho de Musa submeteu o resto da península e casou por amor com Egilona viuva de Roderico, o último rei dos Visigodos.

Os Musulmanos tinham-se apoderado de tóda a Ibéria; só nos mais alcantilados píncaros das Astúrias Pelaijo e os seus bravos companheiros resistiam ainda aos invasores.

Foi muito duradora a permanência dos Musulmanos na península; mas passada a crise violenta dos combates os árabes e os mouros dilaceraram-se em sanguinolentas lutas habilmente aproveitadas pelos reconquistadores cristãos.

Assim aconteceu que os continuadores de Pelaió foram dilatando os seus domínios para o sul e para o oriente, e enquanto a Espanha Árabe se retalhava em cinco emirados principais, já em 1085 Afonso VI conseguia apoderar-se de Toledo e de outras localidades importantes.

Os Árabes foram na península geralmente tolerantes deixando às populações cristãs a liberdade de viverem segundo as suas leis civis e a sua religião, e de conservarem os seus municípios e a sua hierarquia eclesiástica.

Além disso elles fizeram ecludir na península tôdas as maravilhas da sua brilhante civilização, fazendo progredir de maneira deveras notável a agricultura, as sciências, as indústrias e deixando-nos nas maravilhas de Málaga, de Córdova e de Granada alguns dos mais perfectos modelos da sua architectura.

ARMAS E UTENSÍLIOS

PREHISTÓRICOS

Chama-se **IDADE DA PEDRA** aquella em que o homem se servia da pedra como matéria prima para armas e utensílios; à **IDADE DA PEDRA** seguiu-se a **DO BRONZE** e a **DO FERRO**.

A illustração mostra um capacete, vasos, machados e lança da **IDADE DO BRONZE**.

EGAS MONIZ EM LEÃO

A gravura representa o episódio tão admirável em que Egas Moniz assombrou a côrte de Leão pelo seu cavalheirismo e lealdade.

Andava Afonso Henriques em guerra com Afonso VII rei de Castela, Leão e Galisa, e não só não queria reconhecê-lo como suserano como ainda pretendia apoderar-se das cidades de Tui e Orense.

Em vista disso, Afonso VII cercára-o em Guimarães no ano de 1127, e para o levantar, Egas Moniz prometera solenemente em nome do seu pupilo que este confirmaria a submissão de D. Teresa ao rei Lionês.

Pouco depois quando Egas Moniz se convenceu de que Afonso Henriques não queria submeter-se a Afonso VII, dirigiu-se a Leão com sua mulher e filhos, vestindo todos a alva dos condenados e entregou-se à vingança do rei.

Este louvou encarecidamente a fidelidade do velho à sua palavra, e em vez de o castigar apresentou-o aos seus fidalgos como um exemplo digno de ser imitado exclamando: — «Que grandes obras hãde realizar o pupilo de um tão grande cavaleiro».

TOMADA DE SANTARÉM

Já Afonso Henriques firmara em Leiria o seu poder e o sonho de dilatar os seus domínios para o sul tentava-o imensamente.

No caminho de Lisboa e Santarém seria um formidável progresso mas a vila era difficil acometer, quasi inextinguível.

Contudo, nos princípios de 1147, Afonso Henriques mandou de Coimbra Mem Ramires para estudar a topografia de Santarém e o sítio onde as muralhas permitiriam mais facilmente o assalto.

Depois, a 2 de Março partiu de Coimbra, avançou até Pernes e fez intimar os mouros de Santarém de que ficavam rôtas as tréguas que com elles tinha celebrado.

Essa intimação era um ardil: fatalmente os mouros rodobrando de vigilância durante êsses três dias descuidar-se-iam depois; e Afonso Henriques dispunha-se a aproveitar êsse descuido para o assalto.

Finalmente, na noite de 14 de Março, um trôço de 120 homens dos mais denodados, munidos de dez escadas de mão dirigidos por Mem Ramires e acompanhados pelo rei aproximaram-se do lanço do muro escolhido para a escalada.

Julgavam que êsse sítio não estaria guardado; mas enganaram-se, e êste primeiro desalento logo foi agravado ao reconhecerem que as escadas eram curtas e não poderiam alcançar as ameias.

Valeu-lhes a casa de um oleiro construída junto à muralha; do telhado dessa casa Mem Ramires pode erguer uma das escadas e logo trepar por ela à frente dos mais bravos.

Debalde as sentinelas tentam gritar: «Nazarenos!»; as últimas sílabas morrem-lhes nas gargantas trespassadas—e logo os cristãos vão abrir a porta mais próxima ao audacioso Afonso Henriques.

A CONQUISTA DE LISBOA

Tomada Santarém, Afonso Henriques obstinou-se no seu sonho querido da conquista de Lisboa; e nesse mesmo verão de 1147 aproveitando o auxilio de uma importante armada de cruzados que tinha arribado ao Pôrto, veio cercar a famosa Ulíssipo.

Eram os cruzados Alemães, Flamengos e Ibanhêses de Arnulfo Arsechot e Cristiano de Gistell, os normandos comandados pelos irmãos Wilhelm e Saudolf Vitulo e os inglêses comandados por quatro condestáveis.

Convidados em nome do rei pelo bispo do Pôrto e atraídos por grandes promessas e pela ância do saque os cruzados acampavam agora em tórno das muralhas da cidade dispostos a tudo para, a fazer capitular.

Afonso Henriques e os portugueses tinham-se estabelecido no lugar onde hoje é a Graça, os Alemães ficavam para o oriente à esquerda do rei até ao rio, os inglêses fechavam o cêrco para o ocidente até ao rio, também.

A explêndida gravura de Roque Gameiro representa o acampamento dos inglêses com as suas complicadas máquinas de guerra: a tórre volante com uma ponte levadiça destinada ao assalto tôda ela revestida de ramos e peles de boi, para que o pez e as outras matérias inflamáveis atiradas pelos defensores a não podessem incendiar, os arietes, as catapultas, os abrigos para se poderem aproximar a salvo das muralhas.

Durava o cêrco havia meses; já os sitiados sofrendo as mais rudês inclemências eram incapazes quasi de resistência, já os alemães e os flamengos cavando uma vasta mina tentavam fazer brecha na muralha.

Por fim, os sitiados discutiram as condições da ren-dição e a cidade foi tomada e saqueada no dia 21 de

Outubro, sofrendo os habitantes dos insaciáveis cruzados — a quem o rei teve grande dificuldade em conter — as maiores atrocidades.

Notam-se na gravura os pequenos navios dos cruzados, com as proas, lembrando animais fabulosos ancorados na praia; e à esquerda da muralha vê-se o reflexo do incêndio na mina, praticado pelos alemães.

MARTIM DE FREITAS EM TOLEDO

Na conjura tão perversa e complicada de que resultou a deposição de Sancho II, a grande maioria dos nobres tinham, como se sabe, tomado o partido de seu irmão o Conde de Bolonha.

Na defeccção quasi geral da fidalguia a história regista apenas os nobilísimos casos da defesa do Castelo de Celorico, da representação feita a Sancho II pelos fidalgos de Trancoso e do rasgo de lealdade de Martim de Freitas.

A valentíssima defesa de Celorico foi dirigida pelo seu alcaide Fernão Rodrigues Pacheco contra as hostes pessoalmente dirigidas pelo Conde de Bolonha; os fidalgos de Trancoso mandaram um emissário a Sancho II quando este, na guerra com seu irmão, estava quasi vencido, significando-lhe a sua lealdade e homenagem; o célebre acto de Martim de Freitas Alcaide de Coimbra, foi um dos que em todos os tempos mais altamente afirmaram as virtudes da alma portuguesa.

Perdida a causa do rei, o Conde de Bolonha aproximara-se de Coimbra exigindo do Alcaide que lhe entregasse a cidade; o Alcaide respondeu que honrando o seu dever só reconhecia como soberano o príncipe a quem jurara obediência.

Logo o Conde de Bolonha investiu a Cidade, mas

esta defendeu-se valentemente, e embora Sancho II estivesse então já desterrado em Espanha, o denodado alcaide preservou no seu intento declarando que Sancho II não tinha perdido os seus direitos pelo facto de de ser desafortunado.

Debalde a guarnição se revoltou, debalde o novo rei quis captar o honrado alcaide, com promessas e oferecimentos vários; tudo Martim de Freitas dignamente repeliu.

De súbito chega a notícia de que o rei deposto tinha morrido em Toledo e logo Afonso II transmitiu essa notícia ao alcaide de Coimbra dizendo-lhe que não havia já nenhum motivo para a sua heróica resistência.

É então que Martim de Freitas vai a Toledo verificar pessoalmente na admiravel scena que a gravura representa a morte do seu rei; é então que para sempre deixa à posteridade o mais nobre exemplo de inquebrantável intrepidez, de respeito pelo infortúnio de austeridade e de honra inolvidável.

A RAINHA SANTA EM ALVALADE

O próspero reinado de D. Denis foi várias vezes perturbado pelas revoltas do príncipe D. Afonso por causa dos ciúmes que este tinha aos seus irmãos bastardos e nomeadamente a Afonso Sanches.

Várias vezes o país foi agitado pelas truculentas hostes do príncipe e a bela gravura tricromia de Roque Gameiro, representa precisamente um dos aspectos dessas lutas: quando em Alvalade, o Campo Pequeno dos nossos dias, as hostes do rei e do príncipe D. Afonso se iam travar em renhida peleja, Isabel de Aragão acorreu do castelo entre clérigos e pagens e santamente acalma os contendores dizendo ao marido e ao filho os suaves conselhos de amor e de paz.

A BATALHA DO SALADO

Andava o rei de Castela Afonso XI em luta com os Granadinos a quem o rei de Marrocos Abú Alhaçane viera reforçar com um poderoso exército.

Tamanha era a força dos mouros que Afonso XI mandou a rainha D. Maria pedir a seu sogro o rei de Portugal, que lhe valesse com tôdas as suas forças; e Afonso IV esquecendo as antigas dissensões entre êle e seu genro passou logo à Andaluzia com os cavaleiros portugueses enquanto a infantaria se concentrava com mais lentidão.

A batalha travada próximo de Tarifa nas margens do rio Salado foi para os portugueses uma verdadeira epopeia; D. Afonso IV cobriu-se nela de glória — e essa glória atingiu a verdadeira sublimidade quando o rei português se recusou a partilhar dos despojos dos vencidos.

D. PEDRO CASTIGA O BISPO

DO PÔRTO

O singular carácter de D. Pedro I, a sua singular justiça teve uma das suas crises mais interessantes no episódio que a gravura representa.

Vexara o bispo do Pôrto — que era então dos mais poderosos e privilegiados senhores de Portugal — os habitantes daquela cidade e tendo roubado a mulher de um dêles, ameaçara-o de morte.

Pouco depois dêsse facto D. Pedro entrara de visita ao Pôrto, chamara ao Paço o bispo e despojando-o das suas insígnias, acusando-o dos seus crimes,

erguera contra êle o chicote que sempre trazia à cinta.

Estavam no paço os dois a sós, e já o bispo humildemente tremia quando o escrivão da puridade, Pedro de Alcáçova Carneiro, pretextando negócios urgentes com Castela conseguiu entrar a aplacar depois dos maiores esforços a fúria do severissimo rei.

O CASTELO DE ALMOUROL

Êste Castelo situado a 5 quilómetros da confluência do Zezere e do Tejo, a 15 quilómetros de Tomar e junto de Tancos, parece ter sido construído pelos Romanos ou pelos antigos Lusitanos.

Foi reconstruído por Gualdim Pais grão-mestre dos templários em 1160 e pertenceu àquela ordem militar.

Tem quatro tôrres circulares, uma porta em ogiva, e uma tôrre de menagem coroada de ameias.

É um dos nossos mais interessantes monumentos nacionais; foi outrora cenário de muitos dramas de amor, e por isso é um dos lugares consagrados para essas poéticas lendas de cavaleiros andantes e trovadores de mours encantadas e gigantes enraivecidos.

CASTELO DE GUIMARÃES

Êste antiquissimo castelo onde a 25 de Julho de 1109 nasceu D. Afonso Henriques foi fundado com suas muralhas e maciças tôrres pelos meados do século x pela célebre Condessa Mumadona tia do rei de Leão, Ramiro II, para defesa de um mosteiro duplo — de frades e freiras — que ficava na baixa da colina.

Notabilíssimo no ponto de vista histórico serviu de paço ao Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa, e nêle de desenrolaram muitas das principais scenas dos primeiros tempos da nacionalidade

SÉ VELHA DE COIMBRA

E êste um dos mais interessantes monumentos de Portugal, julga-se ter sido fundado no século VI ou VII e é de architectura gótica em forma de um castelo com ameias.

Mesquita durante a dominação dos mouros sofrera tôdas as vicissitudes das lutas de reconquista sendo pela primeira vez purificado quando Fernando Magno, tomou Coimbra em 1064.

Nela foram armados nessa ocasião vários cavaleiros cristãos entre os quais o bravo Cid.

Todos os reis portugueses da primeira dinastia lhe fizeram várias obras; nela se encontra architectura de várias épocas.

O TEMPLO DE DIANA EM ÉVORA

Os Romanos deram a Évora o título de *Liberalitas Júlia* e fizeram-na *município do direito latino*, isto é: consideravam os seus habitantes como tendo os direitos de cidadãos romanos.

Pela sua importância Évora mereceu dos romanos e principalmente de Sertório, o ser dotada de importantes monumentos como o *Arco triumphal* erigido por Sertório na sua melhor praça, e destruído no tempo do Cardêal D. Henrique para com os seus restos se or-

namentar o Colégio dos Jesuítas, como o aqueduto de Sertório contemporâneo daquele, e o templo de Diana cujas elegantes ruínas a gravura representa.

Julga-se que o templo de Diana tenha sido fundado pelo ano 75 antes de Cristo, com a frente ornamentada por seis colunas de ordem corintia e os lados por oito, sendo o mais bem conservado monumento daquela época que existe na península.

O monumento escapou à fúria dos godos, foi transformado pelos árabes em mesquita e convertido em 1166 pelos cristãos, em igreja cristã.

Depois através dos séculos sofreu várias inclemências: no século XVI serviu de celeiro, nos séculos XVII e XVIII estabeleceram nêle o matadouro; em 1836 foi entregue à câmara e salvo do esquecimento e desprezo em que podia de todo aniquilar-se.

O TÚMULO DE INÊS DE CASTRO

É bem conhecida a extraordinária paixão de D. Pedro por D. Inês de Castro, e o seu mortal desgosto quando soube da morte da gentil senhora.

Logo que subiu ao trono D. Pedro procede à célebre trasladação de Inês para o mosteiro de Alcobaça onde tinha já feito esculpir o túmulo que é das mais lindas obras do cinzel em Portugal.

Esse túmulo de Inês — que actualmente se encontra ao lado do de D. Pedro numa capela expressamente preparada pelo illustre antiquário de Alcobaça, o sr. Natividade — é com efeito dividido em edículos com episódios religiosos tendo num dos tipos a scena do juizo final em que os precitos baixam ao inferno, e os bemaventurados ascendem todos em glória ao paraíso.

Circunda todo o túmulo um friso de escudos heráldicos e no alto vê-se a estátua de Inês com a coroa de de rainha e o baldaquino de santa cercado de anjos com as azas entreabertas.

A SALA MOURISCA EM SINTRA

A paradisíaca Sintra cujo abençoado encanto cativou em todos os tempos os sucessivos dominadores da península era já notável no tempo dos mouros que lhe chamavam *Chintra* ou *Zintira*.

Dos mouros restam ainda hoje em Sintra copiosas recordações e uma das mais interessantes é incontestavelmente o palácio.

Dentro dêsse edificio verdadeiramente privilegiado se desenrolaram muitas das scenas mais palpitantes da história nacional: D. Afonso Henriques viveu nêle depois da conquista; D. João I deixou ligado a uma das suas salas a recordação de um galante episódio.

D. Afonso V, D. João II e D. Manuel melhoraram-no com obras importantes, o infeliz Afonso VI gemeu nêle oito anos de cativo.

Construído sôbre as ruínas de um antigo palácio árabe o paço de Sintra conserva ainda da sua primitiva: a capela e a sala que a gravura representa

Julga-se ter sido esta a antiga sala de jantar dos árabes, e nela se vê ainda da primitiva o tanque central destinado às abluções e os azulejos, tendo como motivo ornamental a maçaroca de milho e a flor de lis.

A CAVALARIA MEDIEVAL

A gravura representa um cavaleiro do século XIII com a armadura: o cavaleiro sobraça o escudo, está coberto com a servilheira de ferro, vestido com a loriga ou lorigão, tem os braços protegidos pelos braçais e as pernas pelos coxotes.

As origens da cavalaria são um complicado problema para o historiador; sabe-se contudo que nos fins do século XI ela se desenvolveu por tôda a Europa, e que pelos princípios de lealdade dos seus membros pelo seu generoso heroísmo, pela sua protecção aos infelizes concorrem para adoçar os sentimentos brutais que depois das invasões dos bárbaros tinham prodominado em tôda a Europa.

CRUZADO E TEMPLÁRIO

Os cruzados usavam a cruz no peito e no ombro, e foi justamente do facto de terem adoptado êsse sinal que, quando Pedro, o Ermita, prègou a primeira expedição a Jerusalém que derivou o seu nome.

A gravura representa um cavaleiro cruzado revestido da armadura empunhando o bolsão onde se ostenta também a cruz.

Ao lado do Cruzado figura o cavaleiro do Templo ou Templário com seu manto alvacoito adornado também da cruz.

Tomada a cidade de Jerusalém pelos primeiros cruzados fundou-se em 1118 a ordem de cavalaria dos Templários destinada à guarda e conservação do Templo.

Essa ordem foi introduzida em Portugal em 1125 e

logo D. Teresa lhe deu várias terras e castelos, tornando-se os Templários portugueses, dentro em pouco, muito ricos e poderosos.

Em 1169 Afonso Henriques concedeu-lhes a terça parte de todos os territórios que conquistassem aos mouros no Alentejo, e com efeito os Templários foram tão bravos e contribuíram tão poderosamente para a conquista do território português aos mouros, que quando em 1311 o papa Clemente V extinguiu a ordem, D. Denis defende-os dedicadamente, evitou que aos Templários portugueses fossem confiscados os bens, e criando a nova Ordem de Cristo admitiu nela todos os Templários existentes em Portugal, declarando terminantemente que a ordem de Cristo se fazia em substituição da dos Templários.

A ordem do Templo tinha em Portugal, onde a bravura dos seus cavaleiros se afirmou com tanto relêvo, varios castelos e vilas importantes, como Pombal, Mogadouro, Soure, Cardiga, Pinheiro e Tomar.

FRADE

Os frades representaram um papel deveras importante na antiga vida portugêsa, até à extinção das ordens religiosas em 1834, por Joaquim Antonio de Aguiar.

Tão ricos eram a grande maioria dos mosteiros e conventos que mais de uma terça parte do país pertencia às comunidades.

Já em Lisboa havia à data da extinção, trinta conventos de frades: gracianos, dominicanos, capuchos, loios, torneiros, trinos, paulistas, irlandêses, inglêses, caetanos, marianos, arrábidos, bentos, congregados, e dezacete conventos de freiras: freiras de Santana, de

Santa Clara, de Santa Marta, da Esperança, da Nazaré, do Mocambo, do Sacramento, da Porcimenta, etc.

TROVADOR

Os trovadores foram os poetas líricos da Idade Média. Foi na provença pelas suas condições geográficas e políticas que a poesia dos trovadores se desenvolveu e atingiu o mais alto esplendor.

Nessas provincias do sul do Loire onde se falava a lingua de OC as qualidades e o génio amoroso da raça contribuíam poderosamente para que as canções revestissem os característicos mais apaixonados do amor aos mais acerados epigramas em que se combatia a truculência dos senhores feudais.

Entre as várias espécies que os trovadores cultivavam destacavam-se o *plant* em que se lastimava a perda da amante ou dum heroi, as *tensões* em forma de diálogo para a discussão de pontos de amor ou de moral, o *torneio* ou tensão com mais de dois interlocutores, as *serranilhas*, as *baladas*, as *epistolas* e *novelas* composições bucólicas, religiosas ou morais, e as *cantigas de escárneo e maldizer*.

Havia entre os trovadores uma solidariedade tão íntima como se todos fossem irmãos; e com efeito, embora pertencendo às mais diferentes classes sociais todos assim se consideravam: todos os trovadores eram entre si iguais.

O lirismo tinha irradiado da Provença para todo o sul da Europa; nos meados do século XII, Portugal foi visitado por muitos trovadores célebres que acompanhavam na *nota*, antigo instrumento de corda, as suas canções.

D. Afonso III protegeu muito os trovadores do seu tempo; D. Denis cultivou pessoalmente a poesia provençal com tanto brilho que foi um dos mais admiráveis poetas líricos da Espanha Medieval.

OURIVESARIA MEDIEVAL

A ourivesaria medieval foi na sua quasi totalidade consagrada a assuntos religiosos; muitos dos ourives viveram mesmo e trabalharam dentro dos conventos.

Nos séculos XI e XII fizeram-se verdadeiras maravilhas de ourivesaria em varios pontos da península; a protecção do alto clero e a das ordens religiosas contribuiu poderosamente para o desenvolvimento desta arte que entre nós deixou produtos tão dignos de apreço como os representados na gravura que são cofre-relicário bizantino, cruz processional em bronze, cálice de prata dourada, báculo, mitra, coroa e vaso.

A França abasteceu durante largo período os mais países por encomendas dos soberanos, bispos e magnates. Essas influências ligam-se com as tradições dos joalheiros, dos bizantinos e sobretudo dos visigodos e dos árabes. Ora estas correntes foram comuns às nacionalidades da Península-Ibérica; e estudar a ourivesaria espanhola neste período, antes do gótico português, equivale a estudar a nossa.

Assim cá, como em Espanha, a ourivesaria do século XII tem dois caracteres: os labores, a filigrana, a aplicação de pedras preciosas dão-lhe o carácter visigótico; os esmaltes denotam a influência bizantina.

No século XIII, para o termo, incide já na ourivesaria o estilo agival em pináculos, flores, etc., a mistura de cinzelado com figurações humanas e fantásticas, e os reflexos de gótico, denotam o período de transi-

ção. No século XIV acentuam-se os caracteres góticos, modificam-se as linhas, as obras tomam um aspecto architectural.

Houve um esmaltador célebre, foi o português Frei Teófilo, mestre esmaltador de Limoges.

MOEDAS

A primeira gravura representa um *dinheiro* em *bilhão* do tempo de Afonso IV.

D. Fernando I usou as moedas do reinado anterior e mandou cunhar moedas em ouro, prata e bilhão. A gravura representa uma *barbuda* em prata e pesava cada uma quasi 87 gramas; tem a legenda: SI DOMJNI NIHI ADJUTOR NON TIMEBO, um escudo com as quinas, tem a figura em meio corpo representando o rei, com coroa e capacete de viseira caída.

A letra L indica que foi layrada em Lisboa.

D. Sancho I, *maravedi Aureo ou sôldo de ouro*, tem a legenda de SANCIUS RESC PORTUGALIS, e no averso IN NOMINE PATRIS ET FILI SPIRITUS SANTI AMEN, no reverso; tem no campo o rei coroado, a cavalo, segurando uma espada na mão, e uma pequena cruz, e no reverso cinco escudos de 4 arruelas em cruz, intercaladas de quatro estrêlas de seis bicos. Tiveram curso de 1185 a 1212, substituíram os antigos *soldos romanos* e valiam 2 libras e meia.

D. Afonso IV fez cunhar em prata os *dinheiros novos* ou *dinheiros Alfonsi*.

SELOS

O sêlo que se atribui a D. Afonso Henriques é de cera vermelha abetumada, e encontra-se numa doação feita no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do couto de Quiayos, Lavaos e Eymde, em Junho de 1133.

O sêlo de D. Afonso II está numa escritura feita em 1210 em Coimbra, à Rainha D. Urraca e tem a legenda: SIGILLUM DOMINI ALPHONSI REGIS PORTUGALENSIS.

BANDEIRAS

Ao tempo em que foi fundada a nacionalidade portuguesa não havia bandeiras nacionais propriamente ditas, isto é, bandeiras que representassem o estado político da nação. Datam estas últimas do fim do século XVIII e princípios do século XIX. Até então as tropas eram conduzidas ao combate sob a bandeira *personal* dos seus chefes militares.

Estas bandeiras *personais* tinham as mesmas côres e a mesma disposição dos atributos heráldicos representados nos escudos desses chefes.

Assim a bandeira de D. Afonso Henriques era branca com a cruz azul, como branco com a cruz azul era o seu escudo.

Ha documentos pelos quais se prova que no reinado de D. Sancho I tanto na bandeira real como no respectivo escudo pessoal, foi substituída a cruz lisa e direita por uma outra também de côr azul, formada por cinco escudetes separados entre si, cada um deles ornado de onze pontos brancos, dispostos em cinco carreiras horisontais, a primeira, e terceira das quais com

três pontos brancos, a segunda e quarta com dois e a última com um só. Destes cinco escudetes os três centrais eram dispostos verticalmente e os dois laterais horisontalmente com as pontas voltadas para o centro.

A tradição afirma que no tempo de D. Afonso Henriques já esta modificação fôra feita.

D. Afonso II e D. Sancho II usaram esta mesma bandeira. D. Afonso III, porém, para celebrar o seu casamento com uma princesa castelhana juntou ao seu escudo e portanto à sua bandeira, uma orla ou bordadura encarnada com castelos de ouro, por ser encarnada com um castelo de ouro a insignia heráldica dos reis de Castela. Desta mesma bandeira usaram os seus sucessores até D. Fernando.

Na conquista de Portugal sobre o domínio árabe e ainda nas guerras que se lhe seguiram, tiveram os portugueses por poderosos auxiliares os mestres das ordens do Templo, de S. João de Jerusalém, de Evora (depois chamada de Aviz) e de S. Tiago. As bandeiras destes chefes, unidas à bandeira real, tremulavam igualmente vitoriosas nos nossos campos de batalha medievais até ao reinado de D. Fernando.

2.º CICLO

ILUSTRAÇÕES DE ALBERTO DE SOUSA

ALJUBARROTA E O SONHO DAS CONQUISTAS

FERNÃO VASQUES FALANDO AO POVO

A funesta paixão de D. Fernando por D. Leonor Teles, já casada com João Lourenço da Cunha, provocou a indignação e o desgosto dos portugueses.

Essa indignação chegou a tal ponto, que ao correr a notícia de que o rei queria casar com a ambiciosa Leonor, o povo de Lisboa se reuniu à porta do convento de S. Domingos, e daí capitaneado por Fernão Vasques, se dirigiu tumultuariamente ao paço para falar ao rei.

Fechadas precipitadamente as portas do paço, ante a multidão furiosa Fernão Vasques, disse em nome de todos, a alguns privados do rei, que vinham ali para não consentirem no apreguado casamento porquanto este «*fasia grão nójo, a Deus, aos fidalgos e a todo o povo*», e nem êles queriam «*perder um tão bom rei como êle, por uma má mulher que o tinha enfeitado*».

Logo o rei mandou dizer, que não pensava em casar com Leonor Teles, e que o esperassem no dia seguinte à porta de S. Domingos para se entenderem a este respeito.

No dia seguinte, de balde o povo esperou o rei; D. Fernando fôra para Santarém com Leonor Teles e de lá, impulsionado por esta, expediu as mais rigorosas ordens contra os amotinados de Lisboa, pagando Fernando Vasques no patíbulo a sua tão nobre e generosa audácia.

MORTE DO CONDE DE ANDEIRO

Falecido D. Fernando, Leonor Teles, logo provou tôda a perfídia do seu carácter, pretendendo fazer ao povo varias concessões, como o de expulsar os judeus dos lugares públicos, e a de demítir o tesoureiro da alfândega de Lisboa.

Os habitantes de Lisboa queriam mais; pretendiam tomar parte dum conselho especial encarregado da resolução dos negócios mais importantes; e a rainha a todos acolhia, a todos pretendia embriagar para conseguir os seus propósitos.

Contava Leonor Teles, ludibriando o povo de Lisboa, conseguir que sua filha D. Beatriz e seu genro D. João I de Castela, fôsem aclamados reis de Portugal; e com efeito, em várias localidades os arautos saíam a público, procedidos do pendão, gritando:

Real, real, pela rainha D. Beatriz de Portugal.

Mas em Lisboa, quando o Conde de Ceia, ia a caminho da Sé, o povo amotinou-se e não o deixou passar; em Santarém, e em Elvas a indignação atingiu o auge aos gritos de: *Real, real, por Portugal.*

Acabadas as exéquias por alma de D. Fernando,

D. Nuno Alvares Pereira, o Mestre de Aviz, e outros denodados partidários da independência portuguesa, resolveram precipitar os acontecimentos em virtude de o rei de Castela estar já reunindo tropas para invadir Portugal.

E então que Álvaro de Pais, homem muito estimado pela população de Lisboa, e que fôra Chanceler de D. Pedro e de D. Fernando, esboça o plano da morte de Andeiro, o poderoso amante da rainha, geralmente detestado por todos; em determinado dia o mestre de Aviz entraria no paço para matar o Andeiro e o seu pagem Gomes Freire percorreria, a cavalo, as ruas gritando: *que acudissem ao mestre porque o matavam.*

Era o plano destinado à sublevação do povo; o êxito devia ser completo, nesta altura, porém, Leonor Teles lembrou-se de mandar o mestre de Aviz como fronteiro para o Alentejo; mas D. João, a três léguas de Lisboa, retrocedeu disposto à execução do plano de Alvaro de Pais.

Entrando no paço com os seus mandou dizer à rainha que precisava falar-lhe, e pouco depois na câmara de Leonor Teles entre os muitos fidalgos que a cortejavam viu o Andeiro ajoelhado diante dela a falar-lhe baixinho.

Então pretestou que eram poucas as fôrças de que dispunha, precisava de mais homens de armas; e emquanto a rainha mandava buscar o livro dos vassallos e emquanto o escrivão da puridade lia pausadamente os nomes nêle inscritos o mestre um pouco perturbado falava com o Conde de Barcelos, esperava o momento.

Tinham-no convidado para o jantar; já todos iam saindo quando o Mestre chamou de parte o Andeiro como para lhe falar a sós.

Então puchando pela espada dirigiu-lhe à cabeça um terrível golpe e logo os seus o acabaram às cutila-

das enquanto os pagens, segundo o plano concebido, gritavam pelas ruas que queriam matar o Mestre.

Logo o povo acode com escadas, com archotes e armas, e quando o mestre de Aviz appareceu a uma das janelas vitoriou-o a mais louca das manifestações «Vinde a nós e dai ao demo êsses paços» — gritava-lhe a multidão frenética no arrebatamento da sua alegria heróica.

AS CÔRTEES DE COIMBRA EM 1385

A gravura representa um dos célebres episódios das côrtes de Coimbra quando João das Regras depois de ter sustentado que os direitos dos filhos de Inês de Castro eram ilegítimos provou que a coroa só podia pertencer ao mestre de Aviz.

É interessante a attitude do grão-doutor revestindo a lôba dos jurisconsultos do seu tempo, tendo na mão os pergaminhos que provavam a invalidez do casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro.

BATALHA DE ALJUBARROTA

A cavalaria portugueza sob o comando de D. João I acometendo bravamente as hostes castelhanas, já de posse dos *frons* até então desconhecidos em Portugal, tinha decedido o fulminante êxito dos partidários da liberdade nacional.

É êsse episódio tão importante da batalha o representado na gravura onde no meio dos combatentes, acima das armaduras e dos escudos brazonados, tremulam num sôpro vivificador de glória e de esperança

a bandeira do rei, a do condestável D. Nuno Álvares Pereira tôda sagrada com os seus motivos religiosos a sua heráldica igregia, o pendão verde dos namorados e a signa tôda em branco esquadrejada com a linda cruz da ordem de S. Tiago.

O DECEPADO

A batalha de Toro está para a história de Castela como a de Aljubarrota para a história portugueza; os castelhanos lutaram em 1476 pela sua independência como os portuguezes tinham lutado em 1385.

Com effeito, o ambicioso D. Afonso V com o intuito de succeder ao trono de Castela tinha casado em segundas núpcias com sua sobrinha D. Joana, filha de Henrique IV o desregrado rei castelhano.

Aconteceu porém, que como os castelhanos tivessem preferido a D. Joana, a infanta Izabel casada já com D. Fernando rei de Aragão e que tão habilmente havia de conseguir a unificação da Espanha.

Afonso V reünindo à pressa um exército entrou por Castela, e depois de vários incidentes se encontrou em Toro com o exército de Fernando.

A batalha de Toro não foi uma derrota para os portuguezes; pelo contrário, a parte do exército portuguezes comandada pelo príncipe D. João derrotou os espanhois que a defrontavam, mas foi positivamente uma condenação para as loucas pretensões de Afonso V.

Nesta batalha de Toro deu-se um dos mais brilhantes episódios da nossa história militar, os portuguezes comandados directamente por Afonso V foram postos em desordem pelos espingardeiros castelhanos e a própria bandeira real portugueza esteve em sério perigo.

Então contra um punhado de inimigos encarniçados o alferes Duarte de Almeida defende heroicamente a bandeira; quando as cutiladas lhe decepam as mãos segura a bandeira com os dentes e só a abandona crivado de golpes, exangue quasi deixando na sua desesperada bravura um dos mais legítimos títulos de glória dos anais do heroísmo portuguezes.

A CONQUISTA DE CEUTA

Resolvida a expedição a Ceuta e ouvidas as informações do prior do Hospital, a esquadra levantou ferro a 25 de Julho precisamente seis dias depois da morte de D. Felipa de Lencastre.

O mau tempo prejudicou a viagem obrigando muitos dos navios a arribarem a Tarifa; mas logo que as fôrças principais desembarcaram com os infantes D. Henrique e D. Duarte os mouros tomados de pânico mal poderam resistir ao formidável ímpeto dos portuguezes.

Só a cidadela resistiu até ao dia seguinte de manhã; foi então que João Vaz de Almada asteou nas muralhas a bandeira de S. Vicente padroeiro de Lisboa.

A gravura representa um dos mais notáveis aspectos do assalto dos portuguezes, quando Vasco Martins de Albergaria, o primeiro que entrou na cidade, irrompeu com alguns companheiros de armas pela porta de Almina a dar nos mouros.

O INFANTE D. HENRIQUE EM SAGRES

D. Henrique depois da conquista de Ceuta, fixou definitivamente a sua residência em Sagres para de todo se consagrar às explorações marítimas.

Durante quarenta anos o Infante retinindo junto de si os mais notáveis astrónomos, matemáticos e os mais ousados marinheiros do seu tempo, ferverosamente trabalhou no plano colossal de que tanta glória havia de resultar à sua pátria: descobrir os confins do mar tenebroso, chegar à Índia e trazer para Lisboa o comércio e as riquezas do oriente.

Os produtos do oriente vinham então pelo mar Vermelho e depois pelo Egipto, ou através da Ásia menor até ao Mediterrâneo, donde eram concentrados em Veneza; a poderosa República distribuía-os depois por toda a Europa.

Descoberto um caminho por onde se trouxessem directamente êsses produtos para Lisboa, facilmente se concentrariam na capital portuguesa os tesouros dos países orientais; era êste o principal designio do infante D. Henrique, foi até o nobre estímulo dos imortais navegadores que, como Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral, conseguiram realizar as suas idéas.

Os trabalhos náuticos do infante D. Henrique foram verdadeiramente importantes; a lista dos descobrimentos realizados no seu tempo desde o da Ilha do Pôrto Santo por Bartolomeu Perestrêlo é verdadeiramente notável. Quando o Infante D. Henrique morreu já o mapa das costas de Africa estava em grande parte desvendado pelos portuguezes, já as construções navais tinham progredido imenso, e a terra fértil da Guiné com as suas especiarias, o seu ouro, o seu marfim, os seus negros membrudos, ignominiosamente destinados à escravidão, começava a ser explorado pelos portuguezes.

O MOSTEIRO DA BATALHA

Em memória da gloriosa batalha de Aljubarrota, D. João I mandou construir o maravilhoso mosteiro que sendo um dos mais belos edificios do mundo, mereceu ao célebre cardeal Justiniano o comentário: «*Vi um novo templo de Salomão*».

As linhas gerais da Batalha são em estilo gótico-normando; o seu plano foi esboçado no tempo de D. João I, segundo alguns por Mateus Fernandes, segundo outros por Afonso Domingues que foi o primeiro construtor.

No edificio da Batalha tão verdadeiramente belo na policromizada luz dos seus vitrais, no mimoso rendilhado das suas colunatas tudo é grande e sublime, desde a capela do fundador e as graciosas naves do templo, até ao claustro, as capelas imperfeitas e os terraços que, contrariamente aos edificios góticos, predominam nesta construção.

A Batalha é toda construída no calcáreo branco da região que pela sua grande plasticidade permite dar aos ornatos uma delicadeza de verdadeiras rendas; a igreja tem oitenta metros de comprimento, vinte e dois de largo e trinta e três de alto, é tão alegre e tão clara que, segundo a pitoresca frase de frei Luís de Sousa, nas noites de luar se vê dentro dela como no meio da rua.

Na capela do fundador encontra-se ao meio, sob a cúpula, com esplendidos ornatos e leçarias, o túmulo de D. João I e de Felipa de Lencastre, tendo em cima suas estátuas jacentes com as mãos direitas enlaçadas no símbolo heráldico de fé.

Em volta da capela as paredes de mármore abrem-se em admiráveis túmulos onde foram depositados vários príncipes da dinastia de Aviz, entre elles o

célebre infante D. Henrique fundador da Vila de Sagres e promotor dos descobrimentos portugueses.

A ENTRADA NA CASA DO CAPÍTULO DA BATALHA

É uma das mais interessantes dependências do mosteiro e a mais admirável de todas pelo arrôjo da construção.

Com efeito é a casa do capítulo um salão enorme com 76 metros de perímetro todo coberto de uma abóboda que não tem a menor coluna ou pilar que a sustente.

A construção dessa prodigiosa abóboda foi extremamente difícil; duas vezes tentada pelo arquiteto flamengo Duquet.

Ela desabou ao tirarem-se os *simplices* e só Afonso Domingues a conseguiu acabar, com uma tão perfeita solidez que ainda hoje é a admiração de todos.

AS CAPELAS IMPERFEITAS

São a parte mais exuberantemente bela do mosteiro.

A sua magnificência é indescritível os seus rendilhados verdadeiros primores.

O visitante não se cansa de admirar o inigualável pórtico onde cada pormenor, cada figura, cada relêvo são verdadeiras maravilhas de arte.

As capelas imperfeitas, assim chamadas porque nunca foram acabadas como se só o céu azul de Por-

tugal pudesse cobrir a sua admirável sumptuosidade, são obra do rei D. Manuel.

O venturoso sucessor de D. João II destinava-as a mausoleu para si e para os seus descendentes, e por isso se lhes chama também Rotunda de D. Manuel.

Deviam ser encimados por uma última flecha—a flecha tão característica dos edificios góticos que devia dominar tôda a vasta fábrica do mosteiro.

ESTANDARTE E ESPADA

DO CONDESTÁVEL

É deveras interessante a espada do Condestável e as lendas que lhe dizem respeito, principalmente a do Alfagema de Santarém quando lha carregou e anunciou as suas vitórias e o seu futuro título de Conde de Ourém.

O estandarte de D. Nuno Álvares Pereira devidido em quatro partes pela cruz de Cristo é constelado de imagens piedosas entre as quais se destacam: Santo António, S. Tiago, S. Jorge e S. João.

PRELO

A gravura representa um dos mais antigos prelos conhecidos no país.

Sabe-se que a primeira tipografia que houve em Portugal se estabeleceu em Leiria, e que nela foram impressas as poesias do infante D. Pedro em 1466, nove anos depois da descoberta de Guttemberg e quatro anos antes de haver imprensa em Paris.

Parece que a tipografia de Leiria foi a primeira de tôda a península e que esta arte se desenvolveu muito em Portugal, pois que o *Cancioneiro* de Resende foi impresso em Lisboa em 1516.

UM TORNEIO MEDIEVAL

A gravura representa um dos combates simulados tão vulgares nas festas da Idade Média em que os cavaleiros se batiam por uma dama ou por uma causa.

Deve notar-se que os cavaleiros completamente cobertos pela armadura apenas se distinguem pelas côres dos escudos.

Ao fundo do campo, na tribuna as damas seguiam impacientemente as alternativas da luta, são elas os verdadeiros juizes, prontas a premiarem o vencedor.

MAIÚSCULA

Antes da invenção da imprensa os livros eram verdadeiros cadernos em pergaminho onde os copistas levavam muito tempo a reproduzir pacientemente os originais.

O pergaminho tinha sido usado pela primeira vez na cidade de Pergamo, na Ásia Menor, e os copistas eram verdadeiros artistas, tão maravilhosamente dedicados à sua profissão que nos deixaram nos manuscritos verdadeiros primores.

As primeiras letras de cada parágrafo onde cada capítulo das obras eram tão preciosas pela delicadeza e pelo colorido que ainda hoje nos encantam; encon-

tram-se muitas dessas letras admiráveis nos nossos velhos codécis, nos nossos cancioneiros, e até em muitos livros religiosos.

VIROTE E BESTA

A besta era uma arma de arremêço neurobalística usada na Idade Média pelos guerreiros que combatiam a pé.

Antes da invenção da pólvora os besteiros foram por conseguinte os mais temíveis dos infantes, foram a êles que os inglêses deveram as suas vitórias da guerra dos cem anos, foram êles que poderosamente concorreram para a vitória de Aljubarrota.

O projectil atirado pela *besta* e que a gravura representa, chamáva-se *virote*.

BOMBARDA

Inventada a pólvora logo esta começou a ser aplicada nas armas de fogo e na artilharia.

As bombardas figuram entre as primeiras dessas peças; eram de bronze e atiravam grandes pedras como projecteis.

BÚSSOLA

A gravura representa em tôda a sua simplicidade a primitiva bússola que tão importantes serviços prestou aos nossos antigos marinheiros.

Mais tarde, no tempo de D. João II, foi aperfeiçoada como foram aperfeiçoadas as cartas náuticas e tôda a ciência de navegar.

Mas o primitivo aparelho baseado nas propriedades da agulha magnética e cuja origem seria dos chineses ou dos árabes, foi o precioso orientador dos marinheiros do século xv através das ondas do mar tenebroso.

ELMO DE D. JOÃO I

O elmo era a parte da armadura destinada a proteger a cabeça, e compunha-se do capacete, da viseira e da crista.

A viseira destinada à protecção do rosto podia estar levantada ou descida, e daí se derivam as expressões: *calar a viseira* e *estar de viseira caída*.

TRAJOS

A gravura reproduz alguns dos trajos tão característicos dos quadros de Nuno Gonçalves: os homens de gibão e carapuças, um dêles com a armadura; a dama com a saia de cauda, corpinho golpeado com seu cinto e bordaduras de tafetá.

FRADE

Os frades representaram um papel deveras importante na antiga vida portuguesa, até à extinção das ordens religiosas em 1834, por Joaquim António de Aguiar.

Tão ricos eram a grande maioria dos mosteiros e conventos que mais de uma têrça parte do país pertencia às comunidades.

Já em Lisboa havia à data da extinção, trinta conventos de frades: gracianos, dominicanos, capuchos, loios, torneiros, trinos, paulistas, irlandêses, inglêses, caetanos, marianos, arrábidos, bentos, congregados, e dezassete conventos de freiras: freiras de Santana, de Santa Clara, de Santa Marta, da Esperança, da Nazaré, do Mocambo, do Sacramento, da Porcimenta, etc.

A ilustração representa um frade da primeira metade do século xv.

BOBO

Os bobos ou truões, personagens indispensaveis na côrte dos antigos reis onde gosavam das mais completas imunidades, eram gerálmente de uma grande formação física, e conseguiam com os seus esgares e as suas erreverências audazes, despertar por vezes as simpatias dos maiores tiranos.

Vestiam sempre de forma bisarra ou grotêsca, e os seus trajos muito soltos, todos golpeados eram salpicados de enormes guizos que a cada esgare, a cada movimento tilintavam.

D. Manuel teve ainda no paço da Ribeira, muitos bobos, e já ao eniciar-se a nacionalidade no Castelo de Guimarães a influência dêles era tão importante que Alexandre Herculano a aproveitou para um dos seus melhores romances.

MOEDAS

A gravura representa um *Real* de D. João I tendo no anverso a seguinte legenda: AVÉ MARIA GRA (CIA) PLENA; no campo a inicial de D. João I entre duas estrêlas encimada pela coroa real, igualmente guardada entre duas estrêlas; e no reverso: ADVITORIVM NOSTRV (M); cinco escudetes com as quinas cantonadas por quatro estrêlas, é de cobre, pesa 3,02 gramas e tem de diâmetro 26 ^m/m.

SELOS

O sêlo de D. Fernando, que a gravura representa, é de cêra com a divisa SIGILLUM DOMINI FERNANDI PORTUGALI ET ALGARBIT REGIS, e está numa confirmação—datada de Santarém, a 15 de março de 1367—que aquele rei fez ao mosteiro de Odivelas, de todos os privilégios e graças concedidos pelos seus antecessores.

BANDEIRAS

Como ficou dito, sôbre as bandeiras do 1.º ciclo, os escudos e bandeiras reais tinham o carácter *pessoal* e não *nacional*. Por isso D. João I, ao ser aclamado rei, juntou às insignias dos seus predecessores a cruz verde da ordem de Aviz, de que era mestre, da qual apenas deixou aparente as quatro extremidades, em fôrma de flor de liz, ao mesmo tempo alterou o número dos pontos brancos de cada escudete azul que de

onze passaram a ser cinco e que por isso receberam a designação popular de *quinas* por analogia com o ponto do jogo dos dados assim chamado.

D. Duarte e D. João II usaram esta mesma bandeira e juntamente com ela arvoraram em Castela e nas guerras d'Africa, as da Ordem de Cristo, e as do senado e cidade de Lisboa. A bandeira do senado de Lisboa era também chamada de *S. Vicente*, por ser alusiva à tradição da trasladação dos restos mortais do dito santo, do Algarve para Lisboa; a bandeira da cidade era constituída pelas côres branca e preta. Tanto uma como outra eram usadas pelas tropas e pelos navios armados à custa da cidade para os grandes cometimentos militares.

3.º CICLO

ILUSTRAÇÕES DE ROQUE GAMEIRO

A REALIZAÇÃO DAS CONQUISTAS

D. JOÃO II EXAMINA A CONSTRUÇÃO

DAS CARAVELAS

As emprêsas marítimas dos portugueses estavam em plena expansão, depois que Bartolomeu Dias dobrara o Cabo da Boa Esperança a Índia parecia mais próxima, os sonhos tão queridos do infante D. Henrique quási que foram realizados já.

É então que D. João II manda por terra, primeiro António de Lisboa e Peres de Montearrois, depois Pedro da Covilhã e Afonso de Paiva, para passarem o Egipto e a Ásia, afim de conseguirem saber notícias mais positivas do caminho marítimo para a Índia.

Ao mesmo tempo tratava D. João II da construção dos navios que destinava à viagem da Índia; as madeiras tinham sido escolhidas e arrecadadas com particular cuidado e a construção era feita de maneira absoluta-

mente sólida com a pregaria bem atacada, os mastros, o cordame e as velas tudo em triplicado.

A gravura representa uma das minuciosas visitas feitas por D. João II aos estaleiros da Ribeira e é de veras interessante notar no cenário das naus meio construídas já, entre os calafates que um momento suspendem o trabalho, a figura grave preocupada do rei com o rosto já transido da fatal doença, examinando cuidadosamente os planos da construção.

PADRÃO ERGUIDO PELOS PORTUGUESES NA FOZ DO ZAIRE

A expansão portuguesa pelo mar tenebroso tornou-se de dia para dia mais notável; já depois da morte do infante D. Henrique, Gonçalo de Sintra tinha descoberto numa extensão de mais de 600 milhas da costa os cabos das Vergas da Guiné, de S. Vicente, o rio Verde, serra Leão, o rio das Palmas e o cabo Mesurado; já Pedro de Escobar e João de Santarém tinham descoberto o regato do ouro a que chamavam a mina; e entre os anos de 1469 a 1471 descobria-se o cabo de Lopo Gonçalves e as ilhas de Fernando Pó, Ano Bom, S. Tomé e Príncipe.

Logo no começo do seu reinado apesar das tremendas lutas que travou com a nobreza, D. João II mandou Diogo da Azambuja com dez caravelas e duas urcas construir o Castelo de S. Jorge da Mina.

Depois ao mesmo tempo que a administração interna do reino o preocupava, mandou prosseguir as viagens ao longo da costa africana, e assim Diogo Cão descobriu o rio Zaire e o reino do Congo.

Diogo Cão conseguiu suscitar no Congo as maiores

simpatias pelos portugueses, e assim pôde trazer consigo para Lisboa alguns negros congueses que em Portugal aprenderam as primeiras letras e voltaram para a sua pátria em 1490.

Nas margens do Zaire, próximo da foz, Diogo Cão levantou o primeiro padrão português nas terras de além-mar—e é interessante notar na deliciosa gravura de Roque Gameiro a expressão feliz e ativa do grande navegador quando o padrão é erguido pelos embarcados na pitoresca moldura da guarda dos arcabuzeiros e dos gigantes *nbondos* ou *baobahs* africanos.

PARTIDA DE VASCO DA GAMA PARA A ÍNDIA

É demasiadamente conhecida a capitalíssima scena que o pincel de Gameiro, tão magistralmente reconstituiu.

Na praia do Restelo a que a piedade do povo tinha posto já anteriormente o sugestivo nome da praia das lágrimas, a população de Lisboa tinha-se reunido na histórica manhã da partida; o rei D. Manuel viera em procissão debaixo do palio dizer o último adeus aos novos argonautas.

O batel conduzindo Vasco da Gama afasta-se já da praia; por sobre a multidão perpassa um sôpro de ansiedade quasi sublime, e um velho de longas barbas alvejante diz talvez em tórno as proféticas palavras dos *Luziadas*.

GIL VICENTE NA CÔRTE DE D. MANUEL

Na sumptuosa côrte de D. Manuel, que os poetas e os escritores tão graciosamente espiritualizavam, Gil Vicente representou por vezes os seus autos de uma veia cômica, tão original tão portuguesa. Eram encantadores êsses serões que a gravura representa no cenário dos panos de Arrás e dos preciosos tapetes persas, à luz dos lustres e dos tocheiros suspensos, quando o mimoso sorrir dos açafatos enchia de mais prestígio os pagens e os moços fidalgos.

No primeiro plano da gravura, Gil Vicente é bem o pastor do seu auto e o verdadeiro rei do génio que pode orgulhosamente defrontar aqueles que o acaso do nascimento fez príncipes ou reis.

ALBUQUERQUE E OS EMISSÁRIOS

DO REI DE ORMUZ

Em 1506 Afonso de Albuquerque partiu para a Índia na esquadra de Tristão da Cunha mas ao chegar ao Mar vermelho separou-se dêste com alguns navios, com o fim de perseguir as armadas turcas que passavam no estreito.

Logo Albuquerque aproveitou a sua independência para realizar uma parte do plano que havia muito o preocupava, tomando à entrada do golfo pérsico a rica cidade de Ormuz à qual impôs um pesado tributo.

Conquistado Ormuz, logo Afonso de Albuquerque tratou de construir uma fortaleza que firmasse nela o domínio português, mas como pouco depois alguns emissários do rei da Pérsia, de quem o governador de

Ormuz era vassalo, mandasse pedir a êste o costumado tributo, Albuquerque teve ocasião de aterrar os orientais com uma das suas mais celebradas arrogâncias.

Tinha o governador da cidade de pagar tributo ao rei de Portugal, tinha de fazê-lo desde muito ao rei dos persas e não lhe parecendo legítimo pagar ao mesmo tempo dois tributos, mandou os emissários a Albuquerque.

Foi então que o grande conquistador fez reunir na tolda do navio, onde se encontrava, um grande número de armas e outros apetrechos de guerra, e quando os enviados persas esboçaram a sua insólita reclamação deu-lhes a tão conhecida e tão épica resposta: «É esta a moeda com que el-rei de Portugal paga os seus tributos».

EXPULSÃO DOS JUDEUS

Logo que subiu ao trono, D. Manuel pensou em casar com D. Isabel, a viuva do malgrado filho de D. João II, por quem desde que a vira estava perdidamente enamorado.

Nada faria recuar D. Manuel ante o desejo dêsse casamento; mas a viuva de D. Afonso resistiu-lhe durante muito tempo, e por fim impôs-lhe como condição o expulsar de Portugal os judeus.

Não queria D. Manuel pensar nos inconvenientes que dessa expulsão resultariam para o país, nem da crueldade com que ia perseguir milhares de famílias; apesar da opinião em contrário de muitos dos do seu conselho, marcou logo um curto prazo para que os judeus e os mouros saíssem de Portugal.

Depois requintando na opressão e na preversidade, mandou que no domingo de Pascoela de 1496 fôsse

arrancados aos judeus os filhos e as filhas com menos de 14 anos, com o pretexto de serem baptizados e instruídos na religião cristã.

Desenrolaram-se então por todo o país essas horribéis scenas de dor e de desespero em que muitos dos pobres israelitas chegaram a matar os próprios filhos para não se separarem d'elles violentamente.

O fanatismo tornava a perseguição horrivelmente feroz: D. Manuel ordenava aos judeus não convertidos ao cristianismo que saíssem imediatamente de Portugal deixando-lhes apenas três portos para o embarque.

Depois obrigou-os todos a embarcarem em Lisboa e os desgraçados tiveram de afluír à capital em número superior a vinte mil, concentrando-se miseravelmente no palácio dos Estãos, e em barracas erguidas em vários pontos da cidade.

A gravura representa uma das scenas da bárbara perseguição: quando as justiças vão arrancar violentamente os filhos dos judeus dum dos bairros populares tão pitorescos da antiga Lisboa.

A maior parte dos judeus saíram, outros converteram-se à religião cristã, e muitos d'estes haviam ainda de ser vítimas do mais feroz fanatismo nesse terrível ano de 1506 em que por um fútil motivo as ruas de Lisboa foram teatro da mais selvática carnificina.

A TÔRRE DE BELÉM

É um dos mais perfeitos monumentos da arquitectura manuelina e foi mandado construir pelo rei venturoso no meio das ondas para defesa da barra de Lisboa.

Actualmente está ligada à terra pela muralha das

obras do pôrto de Lisboa, o que não acontecia no tempo da sua construção.

Foi concluída no ano de 1520 e o seu primeiro governador foi Gaspar de Paiva.

É muito interessante a *sala régia*, quadrada com o teto elíptico de maneira que duas pessoas colocadas uma a cada canto e falando baixo se ouvem distintamente sem serem ouvidas pelos que estão no meio delas.

MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Êste grandioso monumento foi mandado construir por D. Manuel em comemoração da viagem de Vasco da Gama à Índia.

No lugar onde se encontra havia antigamente uma capela da Senhora do Restelo ou Senhora dos Navegantes, fundada pelo infante D. Henrique, e muito da devoção dos nossos antigos marinheiros.

Foi no lugar dessa Capela que se construiu o maravilhoso templo actual em três naves com oito colunas de mármore todo em abóboda lavrada, e de tão elegantes proporções que verdadeiramente fascina o visitante.

O arquiteto da igreja foi o célebre Boitaca, mas a capela mor de estilo completamente diferente e péssimo gosto architectónico, só foi construída no tempo de D. Catarina, mulher de D. João III.

Os Jerónimos são um verdadeiro monumento erguido ao patriotismo dos nossos antepassados, uma verdadeira epopeia de pedra, exuberante e gloriosa, e o magnífico pórtico que defronta o Tejo dividido ao meio por uma coluna onde o infante D. Henrique se ergue com o montante, simboliza bem tôda a nossa

grandeza, todo o heróico esforço dos portugueses dos séculos xv e xvi.

ESTÁTUA DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

NO BRASIL

O Brasil consagrou a glória do seu imortal descobridor erguendo-lhe uma magnífica estátua que a gravura reproduz.

Sobre o pedestal a figura de Pedro Álvares Cabral é verdadeiramente dominadora e audaz. Acompanha-o João da Nova, um outro destemido guerreiro e navegador.

Esta bela estátua encontra-se na Largo da Glória no Rio de Janeiro.

JANELA DO CONVENTO DE TOMAR

Existia na pitoresca cidade de Tomar o bailiado da ordem do Templo que depois se transformou na ordem de Cristo.

Para êsse célebre convento mandou Gualdim Pais construir a Capela-Mor.

O edificio do convento é vasto, com oito claustros, mas em razão das diferentes épocas em que foi construído tem vários tipos de architectura.

A igreja muito vasta também apresenta igualmente vários aspectos architectónicos, mas a parte mais bela de todo o convento é a incomparável janela da casa do capítulo, que a gravura representa.

Encimada pela cruz de Cristo e pela esfera armilar

simbolos da época em que foi construída, a janela reúne todos os motivos ornamentais do século xvi em Portugal, prodominando as esferas armilares, os escudos heráldicos, os cordoalhos dos navios e outros motivos marítimos.

ARTE MANUELINA—CUSTÓDIA DE BELÉM

Esta obra prima de arte nacional foi feita com o ouro da Mina e foi oferecida pelo rei D. Manuel ao mosteiro dos Jerónimos.

O seu autor foi um ourives de nome Gil Vicente, que muitos têm confundido com o ser omónimo dos autos.

Verdadeiramente maravilhosa toda a Custódia, a sua parte mais cuidadosamente trabalhada é, acima do nó, o hostiário com os apóstolos em adoração e por cima dêles a pomba representativa do Espírito Santo.

As figuras dos apóstolos são em esmaltes policromos do mais surpreendente efeito, a parte superior da Custódia é toda ornamentada de motivos religiosos e a peanha tem gravada a branco uma inscrição: O MVITO ALTO PRINCEPE E PODEROSO SENOR REI DÓ MANVEL I A MDOU FAZER DE OURO DAS PARIAS DE QILVA AQVABOV E CCCCCVI; de ouro esmaltado, com a base ovalada, dividida em quadrinhos de flores e aves em alto relêvo esmaltados; o nó compõe-se de 6 esferas; o corpo central tem nos dois grupos de colunas diferentes nichos onde estão anjos tocando instrumentos; o ostiário está cercado pelos doze apóstolos em adoração, é corvado por serafins agrupados; a cúpula rendilhada tem a imagem do Padre Eterno com uma esfera na mão esquerda e abençoando com a mão direita. Peza 7.342 gramas e meia e mede 83 centímetros de altura.

CÁLICE E PATENA

É outro belo espécimen de arte manuelina.

É feito de prata dourada, sendo o cálice todo adornado de motivos religiosos.

A patena é ornamentada também e tem gravada uma inscrição que diz: D. MANOEL POR GRAÇA DE DEUS REI DE PORTUGAL.

São de prata dourada; o cálice mede 33 c/m de altura; a copa emisférica é adornada com seis figuras de anjos sustentando a efígie da Paixão; e outros tantos sustentando seis tintinábulo; o nó é em estilo gótico com as seis figuras dos apóstolos; a base é dividida em doze gomos tendo no maior, entre figuras religiosas, as armas do Arcebispo D. Diogo de Sousa, e a data de 1509, tem vários ornatos esmaltados no bordo exterior da capa lê-se: HIC EST CALIX SANGUINIS MEI NOIR ET ETER.

A patena tem esmaltado ao meio a figura de cordeiro; na face superior S. João Baptista; tendo a legenda em caracteres góticos: DO VOBIS PACEM RELINCO VO PACEN MEAM.

SALVA MANUELINA

Verdadeiramente primorosa esta salva do mais puro estilo manuelino.

A salva está dividida em quatro círculos concêntricos e é ornamentada de motivos religiosos, marítimos, e de cavalaria.

É de prata dourada e levantada: o primeiro círculo é dividido por 8 pilastras, tendo também 8 baixos relevos representando naus com a cruz da ordem de

Cristo nas velas desfraldadas, uma praça sitiada, combate de cavaleiros à espada e à lança, embarque para a armada, morticínios, scenas diabólicas, guerreiros a cavalo com a lança em riste, e um medalhão com dois cavaleiros em duelo no campo. Tem 52 c/m de diâmetro.

COFRE RENASCENÇA

É de bronze dourado com labores de prata.

Os ornatos e o estilo são de plena renascença, influenciado pela escola alemã de Flöttner.

Pertencem ao convento dos Jerónimos e encontra-se actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga.

Tem o comprimento de 34 c/m, assenta sobre 4 leões, tem dois baixos relevos de prata representando a vida de Cristo, separados por pilastras que apoiam arcos de volta redonda; na tampa estão seis estatuetas dos guardas do sepulcro e é rematada com uma cruz alçada ladiada por dois anjos em atitude adotativa.

TRAJOS DO SÉCULO XV

No século xv, depois das ordenanças de D. João II contra o luxo, em que decretava que ninguém podesse vestir sêdas, brocados ou canotilhos, que os homens apenas podiam usar gibões, carapuços e pantufos de sêda, e as mulheres saínhos, cintos e bordados de seus vestidos, reduziu-se muito a ostentação do tempo de Afonso V.

Em tôdo o caso, da simplicidade e da modéstia não

resultou a deselegância, próvam-no os interessantíssimos trajos representados na gravura.

É verdadeiramente esbelta a dama com seu corpinho justo acabando em ponta, a manga de ombreiras, a saia comprida graciosamente soerguida por uma faixa de sêda vermelha, a touca da holanda bordada, sôbre a moldura do cabelo negro, deixando a face num relêvo admirável.

Ao lado, o traje do caçador com a gorra vermelha, o gibão, a calça muito justa, é ainda realçado pela aljava com as frechas, a besta e a trompa de caça.

TRAJOS DO SÉCULO XVI

No tempo de D. Manuel o luxo da côrte e do país atingiu tais proporções que constituía o assombro dos estrangeiros.

O palácio da Ribeira tornou-se o mais magestoso de tôda a Europa; nêles, sob a feliz simbolização da esfera armilar, reuniu o rei venturoso essa verdadeira inundação de riquezas em que o seu capricho se deleitava.

Assim o luxo de trajar atingiu as soberbas proporções que Roque Gameiro tão admiravelmente soube reproduzir na gravura: o vestido da dama é todo êle em guarnições e golpeados, a manga dupla, aberta em parte, é elegantíssima, prolongando-se quasi até à fimbria da saia que uma barra de peles opulenta ainda, o cinto lavrado, o toucado delicadíssimo todo em enfeitos e delicadas guarnições, acabando um longo véu caído em pregas; e ao lado o fidalgo com o largo saio carmezim apertado na cinta, sob o tabardo debruado a peles.

MOEDAS

Apresentamos o verso e anverso do *Português* de D. João III, em ouro de 24 quilates, tem a legenda de: JOANES 3 R. PORTUGALIE AL. C. VL. IN A. D. G. C. ETI ARABIA PSI E I em dois círculos; e no reverso IN HOC SIGNO VINCES.

Tem no campo as armas dêste rei e a marca *R L* do moedeiro

Valia quatro mil reis e teve curso em 1560.

Reproduzimos na segunda gravura o *tostão* ou *quarto de português de prata*. Foi criado por D. Manuel «com a mesma divisa, escudo e letreiro dos *portugueses* de ouro, de que cada qual *tostão* valia cinco *vintes*, e cada *vinte vinte riais* brancos».

SELOS

As tricromias reproduzem um sêlo de D. João II, dois de D. Manuel I e outro de D. João III.

O de chumbo de D. Manuel tem a seguinte inscrição: SIGILLUM SERENISSIMI EMMANUELIS REGIS PORTUGALIS ALGARBIORUN, CITRA ET ULTRA MARE INR AFRICA, DOMINUS GUINAE; e o de cêra vermelha está conservado numa interessante carta que El-Rei D. Manuel, a 12 de Abril de 1500, mandou passar a D. Jaime, Duque de Bragança e Guimarães, e a seu irmão D. Denis restituindo-lhe a fama e declarando que nunca mais a perderão.

BANDEIRAS

A bandeira Real aqui representada foi conservada por D. Duarte e D. Afonso V.

No período abrangido pelos reinados de D. João II e D. Manuel desapareceram da bandeira as flores de luz representativas do Mestrado de Aviz, voltando a sua bordadura encarnada à sua primitiva disposição. O número de castelos foi reduzido a sete, e os dois escudetes azuis laterais foram postos a direito, ficando todos os cinco verticalmente dispostos.

O desenvolvimento da navegação deu origem a novas bandeiras. A bandeira da Ordem de Cristo foi especialmente destinada à armada da Índia; a da *Esfera* (divisa pessoal de D. Manuel) e a das *quinas* à navegação das conquistas. Nota-se que a bandeira das quinas com cinco pontos brancos é a representação de um dos cinco escudetes da bandeira real.

4.º CICLO

ILUSTRAÇÕES DE ALBERTO DE SOUSA

O PERÍODO DA INDECISÃO

ATÉ 1640

UM AUTO DE FÊ

A gravura representa um desses sombrios epílogos das hediondas tragédias inquisitoriais passando os relaxados ao braço secular, isto é, os condenados que os inquisidores entregavam às justiças ordinárias para serem queimados, começavam a contorcer-se nas fogueiras.

As feras esperam os transidos pacientes, são como que o centro do cenário verdadeiramente infernal que a imaginação dos inquisidores criou, que as cruzes e o pendão do santo officio recortam sinistramente.

Os condenados vestem o sambenito, têm nas cabeças as carochas, os carvoeiros ateiavam as labaredas para que a asfixia das vítimas seja rápida, dessa rapidez generosa dos elementos que os homens tantas vezes não sabem compreender.

BATALHA DE ALCÁCER-QUIBIR

A gravura representa o trágico desenlace da batalha de Alcácer-Quibir quando dos portugueses desbaratados, já poucos resistiam ainda em tórno do estandarte real contra a onda interminável dos mouros.

A batalha estava perdida, e perdida com ela a independência da nação, perdido o desvairado rei cuja misteriosa, quasi inacreditada morte, havia de dar lugar ás piedosas lendas sebastianistas.

CHEGADA DE FELIPE I A LISBOA

Já, nas côrtes de Tomar D. Felipe fôra aclamado; já, aterrados os partidários de D. António, Elvas, Abrantes e Santarém tinham ostentado para receber o usurpador os seus mais brilhantes galhardetes e trofeus.

Depois o Demónio do Meio Dia viera até Almada; e, na defecção quasi total dos portugueses, na cobardia e na subserviência ignóbil de tantos, a Lisboa aristocrática e vendida a Cristóvão de Moura, a Lisboa que ignominiosamente se opulentara de galas, esperava o bergantim dourado em que Felipe tinha atravessado o Tejo.

MOTINS DE 1637 EM ÉVORA

A gravura representa a revolução de Évora em 1637 — revolução que os famintos prepararam, e que a aristocracia não soube compreender, mas que traduz bem a impaciência e o sofrimento dos portugueses nos sessenta anos de escravidão.

O governo da Espanha tinha aumentado tremendamente os impostos, o magistrado Morais Sarmiento em Évora tinha-os exacerbado ainda mais; os chefes dos descontentes, o juiz do povo Sirmando Rodrigues e o escrivão João Barradas, ameaçados de morte, tinham excitado a multidão.

A revolta foi sufocada; mas foi notabilíssima no seu desespêro, fecundíssima apesar da feroz repressão.

MANIFESTAÇÕES NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1640

Os fidalgos tinham planeado e executado corajosamente a revolução, tinham-se resgatado assim de muitos egoismos, de muitas vergonhas passadas; mas o povo de Lisboa secundou-os logo, poderosamente, quando o padre Nicolau da Maia, o juiz do povo e a casa dos vinte dos quatro o chamaram a defender a liberdade.

Esse unanime acôrdo de tôdas as classes sociais, essa comunhão de tôdas as almas na cáusa comum da Pátria são a característica suprema do 1.º de Dezembro de 1640, e titulo de imorredora glória para os portugueses de então.

FELIPA DE VILHENA ARMANDO

OS FILHOS CAVALEIROS

O resgatador movimento de 1640 foi esmaltado de muitos actos admiráveis de abnegação e de ardor como aquela que a gravura representa.

Na madrugada do 1.º de Dezembro, D. Felipa de Vilhena diante do altar do seu oratório, armou seus filhos: D. Jorónimo de Ataíde e D. Francisco Coutinho para írem combater pela Pátria; e D. Mariana de Lencaestre esquecendo também o amor maternal ante o sublime dever do patriotismo abençoava os seus dois filhos: António Teles e Fernando Teles da Silva para írem combater também.

CÔCHE DE FELIPE I

A gravura representa o mais antigo dos côches conhecidos, aquele em que Felipe II de Espanha fez a viagem de Madrid a Portugal nos fins do ano de 1580.

É deveras interessante êste antigo côche que ainda num relativo estado de boa conservação se encontra no museu de Belém.

Êste raríssimo exemplar de veiculo, reliquia da época da dominação espanhola, foi deixada em Lisboa em 1619, pelo rei intruso.

Tem como detalhe característico de procedência, decorações de pregaria e ferragem sôbre couro.

Como o serviço de tracção era feito por tronqueiro e sota, não tem almofada para cocheiro.

Internamente a decoração do teto é feita com balisas douradas e ornamentadas, e o parsevão é de carvalho e pau santo no estilo de renascença flamenga, que imperava nessa época em Espanha. A arte vingava-se assim dos dominadores das Flandres.

UMA TORTURA DA INQUISIÇÃO

A inquisição tinha aproveitado tôdas as antigas torturas da Idade Média, tôdas as conhecidas na Itália, tôdas as dos principaes países da Europa.

Eram intermináveis as torturas de que se serviam os inquisidores; a noticia de muitas delas perdeu-se mas são ainda hoje lembradas com horror as principaes: como o tormento do potro, da água, e da polé.

A tortura representada na gravura era feita com um ferro em brasa; o inquisidor interroga cruelmente a vítima aproveitando os momentos das crises mais dolorosas, e o médico assiste cautelosamente ao desgraçado não vá a vida de todo fugir-lhe.

PENDÃO DA INQUISIÇÃO

Era carmesim com um escudo de fundo negro esquadrejado pela cruz.

De um dos lados da haste maior da cruz estava bordada uma espada, símbolo da justiça, do outro um ramo de oliveira simbolizando a paz.

Na orla exterior do escudo lia-se a divisa: *Exurge, domine, et vindica causam triano.*

O pendão figurava nos autos de fé conduzido pelos familiares de primeira nobreza.

ARMADURA DE D. SEBASTIÃO

É verdadeiramente notável esta armadura que pertence à Arméria Real de Madrid.

Os nossos vizinhos dão-lhe tanto aprêço, que o conde de Valência, D. Juan, a incluiu no catálogo da Real Arméria acompanhada de uma esplêndida gravura.

Também fizeram uma cópia para o Museu de Reproduções Artísticas de Madrid, Afonso XII, n.º 52.

Actualmente encontra-se entre a valiosíssima colecção que aquela Arméria mandou à Exposição de Barcelona.

UM CONDENADO PELA INQUISIÇÃO

A gravura representa o condenado revestido de sambenito e carocha.

O sambenito era uma espécie de túnica que os inquisidores vestiam aos penitentes convictos de heresia.

O sambenito era de côr amarela com figuras de diabos pintados a negro e chamas infernais vermelhas.

No meio, na altura do ventre, pintava-se o retrato do condenado.

A carocha uma espécie de mitra também pintalgada de chamas, tendo também na frente uma figura de diabo em negro.

FAIANÇAS

A gravura representa uma das mais interessantes das antigas faianças portuguesas que no século xviii haviam de progredir até atingirem a beleza das fábricas do Rato e de Extremoz.

FRADE FRANCISCANO

A regra dos franciscanos estabelecia que êles andassem pelas ruas das povoações em contacto com a multidão.

O frade que a gravura representa é baseado num quadro antigo, e reconstitui o frade na sua cela em meditação.

Deve notar-se o hábito de borel, côr de castanho cingido pelo cordão da ordem.

Andavam de sandálias e tinham o crucifixo no meio do peito.

TRAJOS DOS NOBRES

Completamente diferentes dos da época anterior os trajos usados nos princípios do século xvii são muito interessantes também.

Entre os representados na gravura destáca-se o trajo da dama com o corpinho muito justo enfeitado a alamares de ouro, o grande decote esmaltado por passamanes de ouro, as mangas muito caprichosas tôdas em tufos separados uns dos outros por graciosas rosetas vermelhas; e logo abaixo do cinto vermelho também, a dupla saia; a de cima com larga roda e grande cauda em apanhados e pregas ladeada de aplicações vermelhas; a sub-saia muito garrida e custosa em brocado com alamares de ouro.

Os trajos masculinos que a gravura representa são bem característicos da sua época, com os largos calções de veludo bordados, por vezes com franjas e tor-

çais, os gibões de veludilho ou chamalote de sêda sob as capas elegantíssimas por vezes realçadas com largos cabeções de rendas, outras bordadas de torçais ou espiquinhas.

Os punhos de preciosas rendas, as botas de largos canos, e os grandes chapéus de plumas caracterizam também esta época.

MOEDAS

A primeira gravura representa o *sanvicente* em ouro, tendo 22 quilates e pesando 153 gramas, tendo a figura do santo a cortar a legenda entre duas estrêlas com a palma na mão direita e o navio na mão esquerda, tem a legenda: ZEELATOR FIDEI USQUE AD MORTEM.

A segunda medalha é o *tostão* em prata pesando 192 gramas, tem a legenda: SEBASTIANUS I REX PORTUGALIAE, foram lavradas no Pôrto, como é indicado pela letra *P* à esquerda da coroa; sendo a outra letra indicação do lavrante.

A terceira é os *três reis* em cobre, do ano de 1560, tem as legendas na orla PORTUGAL ET ALGARBIORUM; e ao centro por baixo da coroa SEBASTIANUS I.

Pela carta de lei de 3 de Março de 1568 ficou esta moeda valendo um real.

A quarta gravura representa os *quatro vinténs* em prata, pesavam 137 gramas e valia 80 réis, tem a legenda PHILIPUS D. G. REX PORTUGAL; no campo o *F* coroado e LXXX; vigorou no tempo de Felipe II de Portugal, em 1582.

SELOS

O sêlo de D. Sebastião tem a legenda: SERENISSIMOS SEBASTIANUS I REX PORTUGALIE ET ALGARBIORUM, CITRA ET ULTRA MARE IN AFRICA, AE GUINÃO DOMINUS; e encontra-se suspenso de uns cordões de sêda branca e verde numa carta patente do posto de Vice-Rei da Índia passada a D. Constantino, filho do Duque de Bragança D. Jaime, no ano de 1558.

BANDEIRAS

Desde D. João II que se adoptou a prática de colocar o escudo das armas reais ao centro de uma bandeira branca. Êste fundo branco não tinha significação alguma de carácter político, o seu uso tornou-se geral em tôdas as nações. Com a vinda dos *Felipes* continuou a ser observada a mesma prática, sòmente alterando ligeiramente o coroado escudo.

Porém, em 1616, para melhor se diferenciarem as bandeiras de Portugal da de Espanha (que ambas eram brancas, com os respectivos escudos ao centro) resolveu-se ladear o escudo de Portugal por dois grandes ramos verdes, e assim ficou bem distinta da espanhola.

5.º CICLO

ILUSTRAÇÕES DE ROQUE GAMEIRO

O PERÍODO DA MAGNIFICÊNCIA

DISTÚRBIOS DE AFONSO VI EM LISBOA

A péssima educação dada pela viuva de D. João IV a seu filho mais velho, a funestíssima influência dos Conti, os grosseiros apetites do príncipe D. Afonso haviam de produzir essas scenas de desordem e degradação moral como as que a gravura representa.

Com efeito a mocidade de D. Afonso VI havia de decorrer entre as mais soezes fanfarronadas dos disculos que constantemente acompanhavam o rei; os seus dias passavam-se nas estrebarias do palácio com os lacaios, e os Conti assolando as matilhas dos lebréis atirando pedras aos transeúntes ou exercitando-se no jôgo da navalha; as noites empregava-as muitas vezes em correrias pela cidade cercado dos seus favoritos e dos seus mulatos semi-selvagens, aterrando os habitantes pacíficos, procedendo em tudo como um dejenarado, ou um covarde a quem a truculência dos companheiros dava ousadias violentas de espadechim.

A soberba reconstrução de Gameiro é bem uma dessas scenas nocturnas em que nada era respeitado, e a figura do rei a cavallo, o chicote erguido afirma verdadeiramente o doido a quem as infelicidades posteriores tornariam um dia quasi simpático.

BATALHA DE MONTES-CLAROS

A soberba criação em que o pincel de Gameiro tão patrioticamente se esmerou diz-nos tudo o que de épico e de grande foi a vitória de Montes-Claros depois da qual definitivamente se consolidou a independência de Portugal.

A batalha de Montes-Claros trava-se no Alentejo entre Extremoz e Vila Viçosa, combatendo de um lado as tropas do marquês de Caracena, do outro o exercito português sob as ordens de Schamberg e do marquês de Marialva.

Foi a luta sanguinolenta deveras; na primeira arremetida ficaram desbaratados alguns terços portugueses da primeira linha, mas logo o marquês de Marialva acorre e apesar da bravura da cavalaria espanhola impetuossissima nas cargas, apesar do denôdo da infantaria contrária que mesmo na derrota se cobriu de glória, as tropas que Marialva pessoalmente comandava e a cavalaria comandada pelo General Denis de Melo e Castro destroçava por completo o inimigo.

Quando êste retirava, a guarnição de Vila Viçosa que até então estivera cercada, fez uma sortida feliz, e sob o comando do governador da praça Cristóvão de Brito Pereira, contribuía poderosamente para a perseguição dos castelhanos que perderam tôdas as bagagens, tendo quatro mil mortos e seis mil prisioneiros entre êles oito generais.

ISABEL DE SAMBÓIA NO CONVENTO

DA ESPERANÇA

A vergonhosa tragi-comédia que havia de ter como desenlace a deposição de Afonso VI desenrolava-se já amplamente.

O Conde de Castelo Melhor nobilissimo organizador das vitórias militares vira-se forçado a abandonar o paço e a côrte.

As maquinações do infante D. Pedro tornavam-se dia a dia mais audazes; já o rei não tinha em tôrno de si quem o defendesse com lealdade, já se esperava da retinião das côrtes convocadas para o 1.º de Janeiro de 1668 resultasse a deposição do rei e a elevação do infante D. Pedro.

As intrigas e os planos verdadeiramente maquiavêlicos atingiam o auge do impudor quando a 21 de Novembro de 1667 a rainha abandonou enesperadamente o paço e se recolheu ao convento da Esperança, de onde mandou ao marido a carta seguinte: «Deixei a pátria, a casa, os parentes e vendi a minha fazenda para vir acompanhar a vossa magestade; e com o desejo de o fazer muito à vossa satisfação e tendo sentido muito a desgraça de o não puder conseguir por mais que o procurei; obrigada da minha consciência me resolvi a tornar para França nos navios de guerra que aqui chegaram».

«Peço a vossa magestade me faça mercê dar-me licença para isso e de mandar-me entregar o meu dote; pois vossa magestade sabe muito bem que não estou casada consigo e espero da grandeza de vossa magestade me mande fazer assim a entrega do meu dote, como em todo o mais o favor que merece uma prin-

cesa estrangeira e desamparada nestes reinos, e que veio buscar a vossa magestade de tão longe».

Quando o rei leu esta carta teve um tão violento ataque de fúria que correu à Esperança e quis atirar-se às portas do convento às machadadas; foram precisas as maiores instâncias para o demover.

D. AFONSO VI PRESO EM SINTRA

Depois da rainha se ter recolhido no convento da Esperança a obra preversa do infante D. Pedro cresceu em audácia.

Um dia estava o rei ainda recolhido quando o marquês de Cascais à frente do Conselho de Estado entrou violentamente na sua câmara gritando «Isto já não são horas de dormir». Depois intimaram-no a entregar o governo ao infante, e quando êste chegou fecharam no paço o pobre Afonso VI, agora idiota de todo, que começou a gritar de uma janela que lhe acudissem.

A realeza de Afonso VI pode dizer-se que acabou assim; a 22 de Novembro desistia êle de todos os seus direitos em favor de seu irmão; e enquanto o processo do divórcio promovido pela rainha ia seguindo os seus escandalosos trâmites, Afonso VI, oficialmente deposto pelas côrtes, era primeiro desterrado para Angra e depois encarcerado no paço de Sintra pelo irmão e pela impúdica rainha.

D. JOÃO V EM VIAGEM À FRONTEIRA

A gravura representa essa célebre viagem feita à fronteira no ano de 1728 a propósito dos casamentos da infanta portuguesa D. Maria Bárbara com o príncipe das Astúrias D. Fernando, e da infanta de Espanha D. Maria Ana Vitória com o príncipe herdeiro de Portugal, D. José.

A troca das duas infantas devia realizar-se nas margens do Caia, e fez-se em tais condições de magnificência, com uma tão tresloucada dissipação que devia deixar de si eterna memória.

Para descanso das duas comitivas durante uma noite, D. João V mandou construir nada menos do que um palácio, o célebre palácio de Vendas Novas, que ornou com tódo o luxo que pôde fantasiar.

Adquiriu para ostentar nessa ocasião centenas de seges, de urcas, de cavalos de sela e de liteiras, comprou librés para mais de novecentos criados; mas incapaz de praticar qualquer acto de que resultasse a menor utilidade para o país, esqueceu-se da reparação ou da construção das estradas e por isso, através dos caminhos transformados em atoleiros, a viagem foi tão tormentosa que, como se vê na gravura os cavalos morriam de cansaço, e só as juntas de bois podiam arrancar o pesadissimo côche.

REVOLTA DAS FREIRAS DE ODIVELAS

A gravura reconstitui êsse pitoresco caso das freiras de Odivelas que durante alguns dias tanto divertiu a côrte.

Uma dessas formosas criaturinhas que com as suas infáveis ternuras faziam do convento uma espécie de paraíso mahometano, tinha sido condenada pela inquisição, e cumprida a penitência ia reunir-se à comunidade, quando as doces irmãs indignadamente protestaram.

A questão chegou a ponto que tôdas as freiras saíram em procissão de cruz alçada a caminho de Lisboa onde esperavam do rei a complacência natural no místico e apaixonado frequentador do seu convento; mas o rei receando o escândalo mandou a cavalaria sair-lhes ao caminho para as fazer voltar a Odivelas.

As freiras recolheram-se então na casa da condessa do Rio, entrincheiraram-se e resistiram durante três dias aos dragões, defendendo-se com todos os mais singulares e inesperados projecteis.

Por fim renderam-se, deixaram-se docemente conduzir pelos seus captos para o tépido ninho de Odivelas.

AQUEDUTO DAS AGUAS LIVRES

É uma das poucas obras de reconhecida utilidade pública feita no tempo de D. João V.

Para as despesas delas contribuiu principalmente a Câmara Municipal de Lisboa.

O grandioso aqueduto foi projectado pelo engenheiro Manuel da Maia, e tem por vezes trechos verdadeiramente magestosos,

O seu principal manancial, é a nascente da Água Livre que brota no vale de Carenque próximo de Belas, e da qual tomou o nome; capetando, contudo, água em mais 58 nascentes, das quais, por serem de

maior importância, se destacam as seguintes: Vale do Broco, Vale de Figueira, Vale de Lobos, Amadora, Caneças, D. Maria, Francesas, Quintã, Miães e Carnaxide.

O comprimento na parte principal é de 72.337 metros mas tem muitos mais ainda nas ramificações de menor importância.

Ao todo tem 118 arcos, tendo 37 no vale de Alcântara onde está o mais elevado de todos: o que se ergue sobre a ribeira, tem 62 metros desde o seu leito até à chave do arco, 71 metros até aos passeios, e 80,50 até à espiga da clarabóia. Este arco na máxima largura de vão, mede 32,50 metros.

Acompanha toda a sua extensão de arcadas, túneis e trincheiras uma galeria interior com duas caleiras laterais de 35 centímetros de largo, e um passeio central de 66 centímetros.

Por cima de toda a arcaria que vai de Campolide à Serra de Monsanto, na extensão de 941 metros e largura máxima de 7,85, há 2 passeios laterais com 1,55 de largura cada, e que antigamente eram aproveitados para o trânsito tanto de peões como de cavaleiros que de Lisboa seguiam para Damáia, Amadora, e outras povoações,

O aqueduto termina no magestoso reservatório das Águas Livres em Lisboa, rua das Amoreiras, chamado vulgarmente Mãe d'Água, para onde a água se despeza por uma gigantesca cascata.

É uma elevada torre quadrilátera de 37 metros de comprimento, 33 de largo e 29 de alto; tendo no interior um vastíssimo despósito que comporta 5.460 metros cúbicos de água. É de 2,62 metros a grossura das suas paredes exteriores.

As *Águas Livres* forneciam água para 30 chafarizes, sendo 18 em Lisboa e 12 fora da cidade,

CONSTRUÇÃO DO CONVENTO DE MAFRA

A triste prodigalidade de D. João V produziu em Mafra essa tremenda sensaboria de pedra e cal que há-de eternamente assombrar as gerações.

Dois anos depois do seu casamento com D. Mariana de Áustria, como não tivessem ainda filhos, D. João V prometeu a Santo António construir-lhe um convento se a rainha desse herdeiros à coroa.

Em 1717, tendo já cinco filhos lançou-se a primeira pedra do faustoso monumento cujo plano definitivo tão pesado e estalido foi traçado pelo alemão João Frederico Ludovice.

A construção do mosteiro durou 13 anos, trabalhando nêle diariamente vinte a vinte cinco mil homens e mil e trezentos bois para acarretarem a pedra.

Um exército de sete mil soldados de tôdas as armas garantia a ordem, exercia sôbre os trabalhadores as maiores violências quando êles se mostravam descontentes pelo enorme atraso em que andavam os jornais.

Muitos operários morriam de fome, muitos outros adoeciam em massa, só nos anos de 1729 a 1733 entraram no hospital mais de 17.000 doentes — e a fôrça sempre erguida diante da fachada monumentalíssima era o pesadelo constante de todos.

Tem o edificio 5.200 portas e janelas e duas tôrres com 70 metros de alto e 48 sinos cada uma que tocam por dois carrilhões, fazendo em cada tôrre 15.000 arrobas de metal.

Tem 886 salas e quartos, muitos pátios e jardins.

O sino maior de cada um dos carrilhões tem 700 arrobas e parece que o custo total da obra orçou por 48 milhões de cruzados, ou sejam desanove mil e duzentos contos.

CAPELA DE S. ROQUE

A capela de S. João Baptista na igreja de S. Roque que a gravura representa foi mandada construir em Roma por D. João V que gastou nela quinhentos contos além do custo dos paramentos e alfaias.

A capela chegou a Lisboa em 1747, e depois de armada com os seus preciosos quartzos, os seus finos mosaicos, as magnificas colunas de lapis-lazuli, os capitéis de alabastro, os retábulos de jaspe, os grandes tocheiros de prata dourada, encantou todos como uma formosíssima obra de arte religiosa que em nenhum país estrangeiro foi ainda suplantada.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE

Entre as faustosas medidas realizadas no tempo de D. João V, a da reforma da biblioteca da universidade dotada nesse tempo com a magnifica decoração que ainda hoje tanto admiramos, foi decerto uma das mais úteis.

As sumptuosíssimas obras foram começadas em 1728 e concluídas em 1733.

A pureza rica do seu estilo faz com que seja a parte dominante da universidade.

TÔRRE DOS CLÉRIGOS

A construção da tôrre dos Clérigos começou em 1748 e acabou em 1763 sendo o seu arquiteto o italiano Nicolau Maroni.

É a tôrre mais alta de todo o país, mais alta que muitas das mais celebradas da Europa, e entre elas as de Hamburgo, Bolonha, Riga, Ultrack e Bristol.

É tôda de cantaria lavrada assente num bloco de granito que lhe tem permitido resistir a tôdas as convulsões da crusta, vê-se do mar a 60 quilometros de distância servindo de guia aos navegantes que demandam a barra do Pôrto.

Mede 80 metros de altura até à cruz; possui oito campanários que pesam 7.990,372 quilos.

OURIVESARIA

A ourivesaria portuguesa atingiu uma pujante exuberância no século XVIII quando o ouro, a prata e as pedras preciosas das Minas Gerais e de Goeaz vinham ao Tejo em verdadeiras avalanches.

Com essas admiráveis matérias primas, D. João V enriqueceu os tesouros das catedrais, das confrarias, dos conventos; nelas executaram os nossos ourives verdadeiras maravilhas sagradas e profanas como as que as gravuras representam.

CADEIRINHA

Diferente da liteira e muito mais simples do que ela; a cadeirinha destinava-se a pequenos percursos nas ruas das cidades e era transportada por dois lacaios que a suspendiam pelos varais.

Em Portugal ainda na segunda metade do século XIX eram utilizadas, mas só para condução de doentes.

CÔCHE DE D. JOÃO V

A gravura representa um dos opulentos côches deste rei que se encontram actualmente no museu de Belém.

Maravilhoso no exemplar reproduzido, a obra de talha dourada do jôgo trazeiro provando mais uma vez as quasi fantásticas dissipações do rei.

É um dos três carros de bellissima e arrojada concepção, primorosamente ematizada em obra de talha, foi construído em Roma, por artistas italianos e ajudados, segundo parece, por portugueses que ali se encontravam fazendo a sua educação artística.

Foi planeado por D. Rodrigo de Menezes, marquês de Fontes e a seu mando executado em 1716 a fim de lhe servirem, quando da parte de D. João V, fôsem participar ao Papa Clemente XI o nascimento do filho primogénito.

Algun reflexo têve em Portugal, na arte de entalhador, esta notabilíssima obra de arte, única atenuante para tão criminoso esbanjamento, é o mais insignificante, aliás, dos perpetrados por D. João V.

CONTADOR E CADEIRA DE D. JOÃO V

Entre os modelos de mobiliário que caracterizam o reinado de D. João V podemos destacar o contador e a cadeira qua o pincel de Roque Gameiro tão maravilhosamente reproduziu.

O contador é elegantíssimo, com os seus torneados, os seus embutidos e ferragens, e a cadeira que, como aquele, se encontra actualmente no Museu de Arte Antiga é muito bela também; tôda em madeira dourada com o fundo e o espadar em magnifico damasco vermelho.

CAMA DE D. JOÃO V

É um admirável artigo de mobiliário dos melhores que a indústria nacional produziu.

Verdadeiramente primorosa a obra de talha da cabeceira encimada por vários ornatos.

As colunas que sustentam o dossel, admiravelmente torneadas, também acabam igualmente em maravilhosos ornatos.

LUXO DA CÔRTE DE D. JOÃO V

Extraordinariamente impressionante e quasi indiscutível o luxo que a gravura representa.

As sêdas, as valiosas rendas e matizes multiplicam-se nas tufadas saias, nas amplas mangas, nos corpinhos tão estreitos e gentis.

Por seu lado os trajos masculinos, os gibões, os coletes, as casacas enfeitadas a telilhas de ouro, tôdas em rendilhas, espiguilhas e turchados, as tranças dos chapéus de elevado preço eram, como se pode ver na gravura, deveras magnificentes também.

MISÉRIA NO SÉCULO XVII

(UMA PENHORA)

Ao lado da alucinadora prodigalidade no tempo de D. João V, os tributos constantemente se agravavam.

Alguns dêstes como as *cizas*, ou imposto de 10 % sôbre todos os artigos comprados, vendidos ou troca-

dos, a *portagem*, a *açougagem*, a *alcavala* ou imposto sobre tôda a carne vendida no mercado, eram ainda de origem medieval; e tanto êsses a *meia annata*, equivalentes aos modernos direitos de mercê, pela qual todos os possuidores de cargos públicos deviam pagar metade dos ordenados de um ano; os *disimos*, *primicias* e as *abloções* para o clero se cobravam de maneira tão caótica que os abusos enraizados, já se complicavam a cada passo, de novos subterfúgios, novas ciladas, e novas delapidações.

O país extenuado estava bem próximo da mais completa ruína; acontecia que a par das espectaculosas prodigalidades da nobreza, o povo penava na mais extrema miséria, e as antigas contribuições constantemente cresciam, e outras novas se criavam, exacerbando essa miséria, arruinando o comércio e a agricultura, oprimindo os camponeses e os artífices em vexames sem fim, em inanarráveis torturas, e em atrocíssimas execuções fiscaes.

MOEDAS

Apresentamos seis, sendo a primeira os *dez réis* em cobre do tempo do príncipe D. Pedro, e tem a legenda: PETRUS D. G. P. PORTUGALIAE; a segunda em ouro de 22 quilates de quatro mil e quatrocentos réis, com a legenda: PETRUS D. G. P. PORTUGALIAE ET. A. à esquerda do escudo a data de 1668, e à direita o n.º 4.400 representativo do valor; a terceira moeda é o *viném* em prata do tempo de D. João V, e pesa um pouco mais de 12 gramas; a quarta moeda é de ouro de 22 quilates, é a chamada *dobra de oito escudos* ou *dobrão de duas peças*, valia dose mil e oitocentos réis, tem a legenda: JOANES V

D. G. PORT. ET. ALG. REX e a data de 1732; a quinta moeda é a de cinco réis em cobre, tem a legenda: QUARTO ANNO REIGNE 1688, e no campo, entre ornatos, um V representativo do seu valor, foi lavrado no Brazil; a sexta moeda é o meio tostão em prata, também do tempo de D. João V, e pesava um pouco mais de 30 gramas.

SELOS

O selo de D. Pedro II é anterior à morte de Afonso VI, e tem a legenda: PETRUS D. G. PRINCEPS, GUBERNADOR E REGENS PORTUGAL & ALGARBIORUM, CITRA & ULTRA MARE IN AFRICA, DOMINUS GUINAE & CONQUISTAE, NAVIGATIONIS, CORNERTIR ETHIOPIAE, ARABIAE, PERSIA, INDIA, ETC.

O de D. João V tem a inscrição semelhante, começando por: JOANNES V D. GRATIA REX DE PORTUGALIAE, ETC.

BANDEIRAS

Por ocasião da Restauração de 1640 suprimiram-se os ramos verdes na bandeira da Armada Real.

No tempo de D. Pedro II adoptou-se no exército a bandeira de faixas horisontais, encarnadas, brancas e azuis (côres da casa de Bragança), sendo com esta bandeira que se fizeram as guerras chamadas da sucção de Espanha.

Também em seguida à restauração a bandeira da

esfera se tornou peculiar da navegação e comércio do Brasil.

Os galeões da Índia uzavam a bandeira da Armada Real com o escudo das armas sobreposto à Cruz de Cristo.

A bandeira verde com a cruz encarnada da ordem de Cristo foi uzada pelo exército de terra e com ela foi feita a guerra da Independência.

No tempo de D. João V começou a adoptar-se o sistema de bandeiras militares diferentes para cada regimento ou mesmo companhia, onde só podiam entrar as côres azul, encarnado e branco. A disposição destas 3 côres era livre, e podiam variar até ao infinito a disposição dos seus desenhos.

No tempo de D. João V começou a adoptar-se o sistema de bandeiras militares diferentes para cada regimento ou mesmo companhias, onde se podiam entrar as cores azul, escarlate e branco. A disposiçao das cores era livre e podiam variar até ao infinito a disposiçao dos seus desenhos.

O tempo de D. João V começou a adoptar-se o sistema de bandeiras militares diferentes para cada regimento ou mesmo companhias, onde se podiam entrar as cores azul, escarlate e branco. A disposiçao das cores era livre e podiam variar até ao infinito a disposiçao dos seus desenhos.

O tempo de D. João V começou a adoptar-se o sistema de bandeiras militares diferentes para cada regimento ou mesmo companhias, onde se podiam entrar as cores azul, escarlate e branco. A disposiçao das cores era livre e podiam variar até ao infinito a disposiçao dos seus desenhos.

O tempo de D. João V começou a adoptar-se o sistema de bandeiras militares diferentes para cada regimento ou mesmo companhias, onde se podiam entrar as cores azul, escarlate e branco. A disposiçao das cores era livre e podiam variar até ao infinito a disposiçao dos seus desenhos.

BANDEIRAS

O tempo de D. João V começou a adoptar-se o sistema de bandeiras militares diferentes para cada regimento ou mesmo companhias, onde se podiam entrar as cores azul, escarlate e branco. A disposiçao das cores era livre e podiam variar até ao infinito a disposiçao dos seus desenhos.

O tempo de D. João V começou a adoptar-se o sistema de bandeiras militares diferentes para cada regimento ou mesmo companhias, onde se podiam entrar as cores azul, escarlate e branco. A disposiçao das cores era livre e podiam variar até ao infinito a disposiçao dos seus desenhos.

O tempo de D. João V começou a adoptar-se o sistema de bandeiras militares diferentes para cada regimento ou mesmo companhias, onde se podiam entrar as cores azul, escarlate e branco. A disposiçao das cores era livre e podiam variar até ao infinito a disposiçao dos seus desenhos.

6.º CICLO

ILUSTRAÇÕES DE ALBERTO DE SOUSA

O PERÍODO POMBALINO

O TERRAMOTO DE 1755

O terramoto do 1.º de Novembro que derrocou Lisboa foi a grande causa próxima da competência de Pombal.

Com efeito nessa grande cidade desmorenada pelos abalos, destruída pelos incêndios, saqueada pelas quadrilhas, quando os templos e os edificios, os hospitais e as fortalezas por tôda a parte desabavam, quando o rio inundava tôda a baixa completando o horror do cataclismo, quando os gemidos das vítimas formavam a mais sombria orquestração de tragédia, Pombal é o estadista infatigável e intrépido que tudo providencia, que tudo remedeia, que em tudo medita e rapidamente selecciona.

Durante oito dias andou de carruagem por entre as ruínas, alimentando-se e repousando nela, dando as ordens mais oportunas e as mais diferentes, desde os que concentrava em Lisboa os regimentos das locali-

dades próximas até às que faziam chegar à cidade as provisões e os recursos mais necessários.

É elle quem fez recolher os mantimentos dentre as ruínas, quem manda desobstruir rapidamente as ruas mais importantes, quem ordena o processo sumário contra os ladrões e os assassinos, quem fixa os preços dos géneros, quem impede as reconstruções antes de estudada a nova planta da cidade, quem organiza immediatamente albergues e socorros para os mais necessitados dos habitantes.

Ele é tudo; tudo faz e tudo impulsiona, e ao vê-lo assim infatigável e onipotente o povo começava a acreditar que elle era um Messias, um salvador de quasi divinas proporções.

A gravura representa os efeitos do terramoto na igreja de S. Paulo, uma das mais atingidas.

EXECUÇÃO DOS TÁVORAS

A reacção contra as salutaes medidas de Pombal acentuou-se principalmente depois da organização da Companhia dos Vinhos do Alto Douro.

Os motins do Pôrto em Fevereiro de 1757 aos gritos de *viva o povo, viva a liberdade, morra a Companhia*, foram severamente punidos; o ódio contra Pombal cresceu ainda depois dessas punições, e o poder do ministro era já tão grandemente incontestável que os nobres incitados pelos jesuítas resolveram conspirar contra a vida do rei, para se libertarem daquele.

Os tiros de 3 de Setembro de 1758 deixaram D. José apenas levemente ferido, mas logo Pombal ordena uma rigorosa devassa; logo a 13 de Dezembro foram cercadas por fôrças de cavalaria e infantaria as

casas do marquês de Távora, do conde de Atouguia, do marquês de Alorna, dos condes de Óbidos, e da Ribeira Grande e de vários outros fidalgos.

O duque de Aveiro foi preso em Azeitão com sua mulher e filhos; só um popular José Policarpo de Azevedo conseguiu escapar-se à acção da justiça.

Depois o processo foi arbitrário e violentissimo, a sentença tôda trespassada no fel dos ódios hervados; o espectáculo da execução de tal infâmia devia deixar a frente de Pombal para sempre maculada.

O cadafalso erguera-se na madrugada de 13 de Janeiro de 1759 no cais de Belém, e durante seis ou sete horas, entre os rufos destemperados dos tambores, os condenados passaram a um e um, primeiro a marquês de Távora e os outros nobres, logo os plebeus, decapitados, garrotados, rodados nas aspas, despedaçados com maças de ferro pelos infatigáveis verdugos.

EXPULSÃO DOS JESUITAS

Pombal attribuía aos jesuítas a maior cumplicidade na tentativa de regicidio contra D. José; e, disposto a tudo para liquidar a companhia, já a 21 de Setembro de 1757 expulsara do Paço os jesuítas confessores do rei.

Depois conseguiu do papa que se ordenasse uma inquirição a tôdas as igrejas, casas professas, noviciadas, hospícios, colégios e missões dos jesuítas, e quando o inquiridor concluiu os seus trabalhos, o patriarca de Lisboa, D. José Manuel, suspendeu os jesuítas do exercicio de prègar e confessar no patriarcado, e os prelados do reino seguiram-lhe o exemplo.

Depois Pombal cercou-lhes de tropa os colégios e conventos, sequestrou-lhe os bens, e finalmente pela

carta régia de 3 de Setembro de 1759, mandava expulsar de Portugal e seus domínios todos os membros da Companhia.

POMBAL ESTUDA A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA

Logo depois do terramoto vários planos tinham surgido para a reconstrução de Lisboa.

Pombal interessa-se pelo assunto que considerava de primacial importância, e logo no dia 11 de Dezembro de 1755 mandava proceder ao nivelamento da cidade.

Depois, discutidos os vários planos, adoptara o do engenheiro-mór Manuel da Maia, com a colaboração de Eugénio dos Santos Carvalho, que planeara entre as duas grandes praças do Rossio e do Comércio, as ruas largas bem perpendiculares, divididas pelas travessas em quadriláteros que satisfaziam tanto quanto possível as regras da hygiene e salubridade.

A gravura mostra-nos a profunda preocupação de Pombal ante o plano da cidade nova, essa cidade ressuscitada e embelezada por êle, que devia ser um dos melhores títulos de glória.

INTERROGATÓRIO DO MARQUÊS

Depois da morte de D. José, quando o cadáver do rei estava ainda quente, Pombal viu logo fecharem-se-lhe as portas do paço pela reacção implacável.

Depois, o novo govêrno do marquês de Angeja

representava no poder a nobreza e o clero tão combatidos por Sebastião de Carvalho, e no destêrro da sua quinta de Pombal, o grande ministro logo viu como iam ser prejudicadas tôdas as consequências tão fecundas dos seus estudos, e do seu longo esforço administrativo.

Mas os ministros de D. Maria I deviam ir mais longe, e esquecendo que Pombal tinha levantado o país ao nível das primeiras nações da Europa, restaurando a marinha, reorganizando o exército, reformando os estudos, impulsionando a indústria, enriquecido o comércio, avigorando a agricultura, esquecendo-se que tinha arrancado das ruínas do terramoto uma formosíssima cidade, esquecendo-se que tinha erguido todo um povo ao nível da civilização do seu tempo, acusaram-no de todos os mais inverossímeis delitos, atreveram-se a processá-lo pelas mais pretendidas iniquidades.

A nove de Outubro de 1799 apresentaram-se em Pombal os juizes José Luís de França e Bruno Manuel Monteiro, que depois de lhe apreenderem todos os papéis começaram a interrogar o marquês.

Desde então, durante meses no meio de infinitas torturas físicas e morais, Pombal foi diariamente vexado durante longas horas, e o enorme volume do seu processo provam as angústias que o deviam ter despedaçado.

Por fim caiu à cama para nunca mais se levantar justamente quando a rainha lhe perdoava as penas corporais que — segundo a sentença — *deveriam ser-lhe impostas*.

Obrigavam-no porém a residir a mais de vinte léguas da côrte, e quando um dia a rainha consentiu que podesse vir até às Caldas, já o grande estadista tinha deixado de existir.

A ESTÁTUA DE D. JOSÉ

Depois do terramoto, quando se terraplanou o Terreiro do Paço, logo o marquês de Pombal mandou fazer os alicerces para o monumento a D. José, delineado por Eugénio dos Santos e modificado depois por Machado de Castro.

Este grande escultor modelou depois a estátua em miniatura, e Pombal aprovando o projecto mandou-o fazer em grande, em gesso que foi entregue ao general de artilharia Bartolomeu da Costa, então inspector do Arsenal.

A estátua foi fundida em 15 de Novembro de 1774 tendo levado 37.300 quilos de bronze, e ficou perfeita no primeiro jacto.

FABRICA DE VIDROS DA MARINHA GRANDE

A primeira fábrica de vidros que houve no país foi a de Cóiua, na margem esquerda do Tejo, mas como a falta de combustível fôsse ali grande, a fábrica mudou-se depois para a Marinha Grande, onde podia aproveitar a lenha do pinhal de Leiria.

Essa primitiva fábrica tinha pequena importância; só em 1769 sob a protecção do marquês de Pombal, o inglês Guilherme Stephens fundou na Marinha uma grande fábrica de vidros tendo-lhe o Estado emprestado trinta e dois contos, e dado lenha dos pinhais próximos.

Essa fábrica desenvolveu-se depois imenso e a gravura representa a sua primitiva instalação no tempo de Pombal.

TAPETE DE ARRAIOLOS

A indústria dos tapetes de Arraiolos, que primitivamente teriam sido imitações dos tapetes persas, desenvolveu-se extraordinariamente no século XVIII com a protecção de Pombal.

É esplêndido o exemplar que Alberto de Sousa tão admiravelmente conseguiu reproduzir.

SALA DOS CAPELOS DA UNIVERSIDADE

Depois da reforma de Pombal, a Universidade foi dotada de admiráveis laboratórios-gabinetes científicos, teatros de anatomia e jardins.

É também dessa época a remodelação da sala dos Capelos, ornamentada com os retratos de todos os reis de Portugal, e onde se fazem os actos solenes de douturação.

CÔCHE DE D. JOSÉ

É uma obra admirável de talha dourada em perfeito estado de conservação que actualmente se encontra na grande sala do museu de Belém.

A escultura em madeira que ornamenta este côche, superabunda em grinaldas, ornamentos e quimeras.

No painel da *pópa*, está representada, em pintura, Hercules lutando com um leão, rodeado de figuras de obscuro significado, trabalho de Cirilo Volkmas Machado.

A obra de talha é evidentemente do notabilíssimo artista, émulo de Machado de Castro, António José de Almeida, escultor do côche denominado de D. João V, da arte portuguesa.

FAIANÇAS

Os três esplêndidos exemplares reproduzidos sob esta rubrica foram executados na célebre fábrica de faianças do Rato que no tempo de Pombal, e em consequência da sua solicitude, atingiu o seu mais perfeito desenvolvimento.

As antigas faianças do Rato são hoje muito disputadas pelos coleccionadores.

ARMAS

O arsenal do exército começado no tempo de D. João V, e a fábrica de armas fundada no reinado de D. José, prosperaram rapidamente sob a inteligente direcção do brigadeiro Bartolomeu da Costa.

No tempo de Pombal começaram a fazer-se nêlê muitas espingardas, canhões, espadas e baionetas como os modelos que a gravura representa, e nêlê se arrecadaram algumas peças de artilharia espanhola, gloriosos despojos das batalhas das linhas de Elvas, do Ameixoal, de Montes Claros e doutras da guerra da Restauração.

A artilharia e as armas portáteis fabricadas no tempo de Pombal, sob a direcção de Bartolomeu da Costa, podiam rivalizar com os melhores produtos similares da Europa.

TRAJOS DOS NOBRES

São muito mais modestos mas não menos elegantes do que os uzados no tempo de D. João V, os trajos dos nobres contemporâneos de D. José.

Os produtos da indústria portuguesa que tanta solicitude mereceu a Pombal brilham agora nas casacas e nos calções de vistosas sêdas, nas meias côr de pérola, e nos elegantes chapéus tricornes.

TRAJO POPULAR

O trajo representa um tipo de saloia dos arredores da capital com a bata vermelha, o lenço branco por cima da carapuça, o mantéu debroado a vermelho, e as fortes botas campesinas.

Uma gravura antiga inspirou a criação de Alberto de Sousa que tem nesta vendedora saloia um dos seus mais típicos trabalhos.

MOEDAS

A primeira gravura representa uma *Dobra de quatro escudos*, ou *Peça* em ouro, valia 6.400 réis e pesava 288 gramas, tem a legenda: JOSEPHUS I D. G. PORT. ET. ALG. REX e ano de 1776.

A segunda é *meio cruzado novo* em prata, valia 240 réis, ou doze vintens, tem a legenda igual à da moeda de ouro acima, e a era de 1766.

A terceira gravura representa os *dez réis* em cobre, tem a legenda: JOSEPHUS I DEI GRATIA e foram lavradas no ano de 1751.

BANDEIRAS

No tempo de D. João V os grandes navios usavam a bandeira branca com a coroa, chamada *armada da coroa*; e os pequenos navios destinados ao *comércio do continente* a bandeira de listas orizontais verdes e brancas.

A bandeira do comércio do Brasil continuou a ser branca mas com a esfera timbrada com a cruz de Cristo.

Pela organização do exército, feita pelo conde de Lipe, as bandeiras dos regimentos passaram a ser constituídas pelas côres branca, amarela, azul, encarnada e carmesim, das quais damos dois tipos.

7.º CICLO

ILUSTRAÇÕES DE ROQUE GAMEIRO

O TEMPO DOS FRANCESES ATÉ AO CONSTITUCIONALISMO

OS FRANCESES NA PRIMEIRA

INVASÃO

A gravura representa bem o estado de verdadeira fadiga em que os soldados de Junot entraram em Portugal, e dela se depreende como teria sido fácil ao govêrno resistir aos invasores se por ventura o tivessem norteado as indispensáveis qualidades de patriotismo e de energia.

Nota-se na gravura o uniforme dos militares franceses filhos da revolução.

A calça branca, o capote azul debruado a vermelho, os generais com as golas e os canhões dourados e os grandes chapéus bicornes.

A FAMÍLIA REAL EMBARCA PARA

O BRASIL

À aproximação dos franceses, D. João VI que recomendara aos governadores que os tratassem como a amigos toma, enfim, no meio das suas eternas hesitações, um grande partido para elle e para os membros da sua família — o partido de fugir.

Durante um dia e uma noite inteiras carregam-se no cais de Belém tôdas as riquezas do rei e dos cortezãos, entrava nos escaleres milhares de pessoas transidas de terror — e o rei chega, enfim, quando o Junot vinha já perto de Lisboa — para embarcar também.

É interessante observar a ridícula figura de D. João VI, e à direita do quadro a attitude da rainha doida, tôda em esgares, em grandes gritos furiosos — «mais devagar! dir-se-ia que fugimos!».

AS GUERRILHAS NA GUERRA

PENINSULAR

As atrocidades praticadas pelos franceses em todo o país, o facto de Junot ter arreado no dia 13 de Dezembro de 1807 a bandeira portugueza do Castelo de S. Jorge, as pesadíssimas contribuições de guerra impostas à população, a crueldade dos generais entre os quaes Loison deixou uma atroz memória, a revolta da Espanha contra as hostes de Napoleão, levaram o povo portuguez a insurreccionar-se contra o domínio estrangeiro.

O primeiro grito de revolta propagou-se e ecoou freneticamente por todo o país.

A oito de Junho sublevou-se Braga, e logo Melgaço, Vila Pouca de Aguiar e Chaves lhe seguiram o exemplo, logo de Trás-os-Montes ao Algarve o fogo da insurreição ateou com rapidez.

Debalde Loison atravessa as Beiras sublevadas levando a tôda a parte o incêndio, o saque, e o morticínio; debalde Kellermann destrói Beja, a insurreição é por tôda a parte mais ameaçadora — e já a esquadra inglêsa de sir Charles Cotton pairando na Costa esperava o ensejo favorável ao desembarque.

A junta do Pôrto dirigia a revolta de todo o norte; já o conde de Castro Marim orientava os revolucionários do Algarve — e o mestre Manuel Martins Garrocho e o piloto Manuel de Oliveira Nobre partiam de Olhão num pequeno caique para levarem ao pávido D. João VI a noticia de que a revolução rebentara em Portugal.

Entretanto, os incêndios, as violações, os roubos, as verdadeiras infâmias que os franceses praticavam revoltavam por todo o país os corações intrépidos e puros, e, na reacção fulminante do ódio sem disciplina nem direcção, as primeiras guerrilhas iam surgindo, incomodando seriamente as fôrças francesas.

1810: A BATALHA DO BUSSACO

Portugal tornara-se o magnífico campo para os inglêses poderem combater Napoleão; e tanto os inglêses apreciavam a bravura dos seus naturais e as magnificas condições estratégicas das suas montanhas que o govêrno britânico mandou aumentar o subsidio de guerra que lhe concedia, e a Wellington mandou

fortificar as célebres linhas de Torres Vedras, para defender Lisboa e ter sempre garantida a sua retirada pelo mar.

Em Setembro, o glorioso general Massena, depois de ter obrigado a praça de Almeida a capitular, avançou com o seu exército pela Beira Alta, entrou em Viseu e dirigiu-se a Coimbra seguindo a margem direita do Mondego.

Disponha de 60.000 homens, muitos veteranos cobertos dos louros das grandes batalhas napoliónicas, mas Wellington tinha habilmente concentrado o exército Anglo-Luso nas alturas do Bussaco onde o general francês, pouco conhecedor dos terrenos, devia ir esbarrar.

Debalde Massena tenta conquistar à viva força as quasi inacessíveis eminências, a divisão Pictou; o regimento 8 de infantaria portuguesa recebe o primeiro choque pelas suas colunas; e os regimentos 9 e 21 despenham pelas fragas a brigada Fory, o 7 de infantaria e o bravo regimento de Cascais carregava brilhantemente à baioneta a divisão de Marchand: Massena, vê-se obrigado a retirar — e a batalha do Bussaco é um dos mais gloriosos títulos da história portuguesa.

EXECUÇÃO DE GOMES FREIRE

DE ANDRADE

Expulsos os franceses, derrubado Napoleão, a família de Bragança continuou ainda no Brasil, e os ingleses em Portugal, reduzindo o país quasi a uma colônia, dispunham de tudo a seu talento humilhando e indignando os verdadeiros patriotas.

Andava o povo descontente porque quasi todos os rendimentos do país seguiam para o Rio de Janeiro,

andavam descontentes as classes mais cultas porque as ideias liberais se tinham espalhado já por toda a Europa; impacientavam os corações em ardentes frêmitos revolucionários.

Assim, suspeito de conspirar contra o domínio dos ingleses e contra o absolutismo do rei, Gomes Freire foi preso com vários companheiros no dia 25 de Maio de 1817, e depois de um processo indigno caracterizado pelas mais espantosas irregularidades, o valente general foi condenado à morte.

A sentença foi publicada dois dias depois da execução, e o ódio de Beresford nem permitiu ao herói de tantas batalhas o fusilamento digno de um soldado, fê-lo enforcar ignominiosamente como a um sicário.

A execução de Gomes Freire realizou-se às 9 horas da manhã do dia 18 de Outubro de 1817, e deve notar-se na gravura a bela figura do general vestindo a alva, muito sereno apesar do frio e das pedras que lhe magoavam os pés, a face horrorosa do carrasco, e a pira de lenha destinada à incineração do cadáver cujos restos foram depois atirados ao mar.

EPISÓDIO DA REVOLUÇÃO DE 1820

NO PÔRTO

A revolução de 1820 foi feita contra o absolutismo do rei, e principalmente contra a tirania da regência e as brutalidades tarimbeiras de Beresford.

O famoso sinhedrio eniciado no Pôrto por Manuel Fernandes Tomás e José da Silva Carvalho tinha atraído um grande número de oficiais anciosos por libertarem a sua pátria dos estrangeiros. Os coronéis

Sepúlveda, Cabreira, Pinto da Fonseca, e outros officiaes de elevada graduação entravam no conluio.

A revolução rebentando no Pôrto a 24 de Agôsto alastrou rapidamente por todo o país; a 15 de Setembro Lisboa aclamava entre galas e frenesis de alegria as heróicas tropas revolucionárias do norte.

A gravura representa um dos episódios da revolução no Pôrto — quando o capitão Sousa Magalhães e o tenente Paulo Correia não permitem a entrada do coronel Grant no regimento de infantaria 6.

AS CÔRTESES CONSTITUINTES DE 1820

A gravura mostra-nos uma sessão das célebres côrtes que se reuniram depois da revolução de 1820.

A sala das sessões ficava numa dependência do palácio das Necessidades, na parte hoje ocupada pelo quartel general, e está actualmente bastante modificada.

É interessante vêr na gravura a modesta instalação dos deputados, a bancada dos taquígrafos, os lugares destinados ao ministério, e notar ao fundo atrás da mesa da presidência o retrato de D. João VI sob o docel.

O TERROR MIGUELISTA: OS CACETEIROS

A gravura dá bem idea da canibalesca fúria dos partidários de D. Miguel; estigmatizaram uma época e um regime.

Os caceteiros eram muito do agrado de D. Miguel o qual gostava que os seus homens zurzissessem os

adversários — e os bandidos da última espécie que tinham por chefes, o Sedvem, o Leonardo, o José Veríssimo entregues durante anos às mais desvairadas paixões, fazendo a vontade ao seu rei, ao seu Deus, varriam à cacetada, aos gritos de — «mata que é malhado» — as ruas da capital.

DESEMBARQUE DOS LIBERAIS

NO MINDELO EM 1832

Em 8 de Julho de 1832 o exército de D. Pedro desembarcou em um pequeno vasadouro chamado praia dos ladrões, próximo ao lugar de Arenosa de Pompelido, entre as freguesias de Lavra e Perapita.

Foi nesse lugar que desembarcou o exército liberal, foi nêle que se levantou depois o monumento comemorativo do desembarque, mudando-se-lhe o nome de *praia dos ladrões* para o de Memória.

A expedição saíra de Ponta Delgada a 27 de Junho sob o comando do conde de Vila Flor, e compunha-se de três batalhões de caçadores, de duas divisões de infantaria, de cinquenta e quatro officiaes de cavalaria, e a companhia de artelheiros académicos com cento e trinta homens.

A gravura representa a formatura das tropas liberais pouco depois do desembarque, na ocasião em que D. Pedro IV se preparava para lhes passar revista.

E entre as tropas já desembarcadas destacam-se as fardas escuras e as altas barretinas dos caçadores.

REVOLTAS DO MINHO EM 1846 :

MARIA DA FONTE

O reinado de D. Maria II foi abundante de discórdias e revoltas, e logo em 1836 por ocasião da chegada de Passos Manuel e dos outros deputados oposicionistas do Pôrto a Lisboa, tinha-se feito a revolução de Setembro e proclamado a constituição de 1823; depois fizera-se a *belemzada*, uma tentativa de golpe de estado em que colaboraram as tropas da esquadra inglesa surta no Tejo, contra a constituição; depois a revolta dos marechais até que restaurada a carta em 1842, Costa Cabral entra triunfalmente em Lisboa e entra no govêrno como ministro do reino.

Mas logo em 1844 José Estêvão revolta-se em Tôrres Novas, logo a violência da reacção cartista e a tirania de Costa Cabral forneciam como inevitável resultado a revolução.

Em Maio de 1847 o Minho começou a agitar-se pelos *patuleas*, e como as mulheres tivessem um importantissimo papel nessa agitação, em que o saque e o incêndio das repartições públicas era parte obrigatória, logo os *patuleas* criaram êsse lendário tipo da Maria da Fonte que havia de simbolizar a revolução.

LITEIRA

Deveras interessante a clássica liteira com as suas cortinas vermelhas, os seus machos de chocalhos telintantes ricamente ajazados, os seus liteireiros de uma tão pitoresca garrolice que eram o encanto dos nossos avós.

As liteiras, um dos mais antigos meios de locomoção, fôra usada em Portugal, ainda até meados do século XIX.

Suspensas nos silhões que dois possantes machos suportavam, conduziam passageiros através barrancos e caminhos tortuosos, dando aos mortais que as utilizavam epotética comodidade, não eram, porém, unicamente um objecto útil. Na provincia serviam também de pretêsto para fidalgos e autoridades prelaticias fazerem ostentação de riquezas e poderio.

SEGE

A gravura representa um exemplar curioso das carruagens dos princípios do século XIX que serviam para o transporte de pessoas de qualidade.

É um veículo de duas rodas, puchado por duas alimárias, servindo, a de sela de montada, ao condutor (bolieiro); é muito parecida com a *traquitana* que tinha quatro rodas.

Estão hoje quasi em desuso, vendo-se apenas nos préstitos fúnebres.

CAPOTE E LENÇO

O característico capote e lenço — o capote de pano côr de pinhão e o fino lenço de cambraia todo retesado de goma — não esqueceram a Gameiro entre os mais curiosos modelos do trajar português na primeira metade do século XIX.

TRAJOS MASCULINOS

Encontramos hoje já bastante curiosos e muito diferentes dos dos nossos dias, os trajos dos elegantes da primeira metade do século XIX com as casacas de largas golas, os coletes de vistosas sêdas, as camisas de bofe, as capas bandadas de veludo, os colarinhos muito altos, erguidos até às românticas cabeleiras.

Ao lado dos dois trajos elegantes vê-se na gravura o popular bolieiro com as suas altas botas de bezerro, a jaqueta de briche e o grande chapéu bicorne.

TRAJOS FEMININOS

A linha geral do trajo feminino desta época era elegante; sobrecarregavam-na, porém, demasiadamente a profusão de enfeites, laços, flores, fitas, etc.

Muito interessante o penteado de uma das figuras com o seu ornamento de grandes plumas, e bem assim o tipo da velha de capote vermelho e o impecável lenço de cambraia.

MOEDAS

A primeira gravura da esquerda e a primeira da direita representam o verso e o anverso do *Pataco* em cobre, valia quarenta réis; a legenda do verso é UTILIDADE PUBLICA, 40, e escudos das armas; no anverso JOANNES D. G. ET ALG. P. REGENS busto de D. João VI e no exêrgo a data de 1811.

A segunda gravura da direita e da esquerda repre-

senta o anverso e o verso da *Peça* em ouro de 22 quilates, pesava 288 gramas e valia seis mil e quatrocentos réis. No anverso tem a legenda JOANNES D. G. ET ALG. P. REGENS 1802, e o custo do réis, no verso os escudos das armas do reino.

A terceira moeda da esquerda e da direita representa um *crusado novo* em prata, pesava um pouco mais de 294 gramas e valia quatro mil e oitocentos réis. No anverso tem a coroa real no campo, 480 indicativo do valor e o ano de 1834 indicando o ano em que foram lavrados; MARIA II D. G. PORTUG. ET ALG. REGINA. No verso a cruz de Cristo circundada pela legenda IN HOC. SIGNO VINCES.

A última gravura da esquerda e da direita representam o *meio crusado novo* em prata e correram com o valor de dois mil e quatrocentos réis, tem legenda igual ao crusado novo e foram lavrados em 1806.

SELOS

Dos selos de cera, chumbo e obreia usados de 1133 a 1585 passou nesta época ao de lacre, e não havia nenhuma família nobre que não caprichasse nos selos das suas armas, procurando conquistar o primeiro lugar pela arte e pelo luxo que os revestiam.

O nosso Imperador Rei ordenou o uso da coroa imperial em tôdas as repartições públicas, legações e consulados, destacando-se o sêlo do consulado de Portugal no Império da Rússia usado em 1756 e que é a primeira gravura de sêlo.

A segunda gravura de sêlo representa o sêlo usado na marcação dos livros e outros papéis da Real Bibliotheca Pública da Côrte e que é hoje a Bibliotheca Nacional de Lisboa.

BANDEIRAS

Durante o reinado de D. João VI conservaram-se as bandeiras da época anterior, com ligeiras modificações

A bandeira da Armada Real desde 1818 a 1825 teve o escudo de armas assente sobre uma esfera terrestre, que era a insígnia heráldica do Brasil.

Para todos os navios mercantes continuou a bandeira de listas horisontais, verdes e brancas.

Nas bandeiras militares foi mandado adoptar o escudo encimado pela coroa real.

Apareceu na mesma época, pela primeira vez, o chamado *laço nacional* azul e encarnado, salvo nos anos de 1821 a 1823, em que foi azul e branco por determinação das Côrtes Gerais.

8.º CICLO

ILUSTRAÇÕES DE ALBERTO DE SOUSA

A ATUALIDADE

D. PEDRO V NO CURSO SUPERIOR

DE LETRAS

D. Pedro V criara, com muito carinho, o Curso Superior de Letras em cujo magistério se encontravam alguns dos homens mais ilustres do seu tempo.

Um dos professores mais distintos do Curso era Rebelo da Silva, cujas eloquentíssimas lições o rei ia ouvir muitas vezes.

Nessas ocasiões se porventura chegava mais tarde não consentia que os trabalhos se interrompessem porque no Curso se considerava apenas como um discípulo.

Assentava-se sempre numa cadeira de espaldar à direita do professor, e a sua atitude era ao de leve inclinada para a frente, com o braço esquerdo encostado ao joelho e o rosto à mão.

Às vezes, nalguma tirada mais esplêndida do maravilhoso professor, acenava levemente com a cabeça em sinal de aplauso; às vezes ficava muito tempo a conversar depois das lições em assuntos históricos e literários, dirigindo aos alunos mais distintos, palavras de incitamento e de elogio.

O PRIMEIRO CAMINHO DE FERRO

A gravura representa a inauguração do primeiro troço do caminho de ferro que actualmente liga Lisboa ao Pôrto.

No momento em que o senhor Cardial Patriarca de Lisboa, (D. Guilherme), lançava a benção às máquinas, assistia D. Pedro V e tóda a familia real, o ministério da presidência do marquês de Loulé, e várias individualidades em destaque na época.

O combóio, compondo-se de 14 carruagens e 2 locomotivas, foi de Lisboa ao Carregado gastando 40 minutos no percurso da ida.

A primitiva estação foi instalada no palácio Coimbra, rua de Santa Apolónia, 63.

A cerimónia inaugural teve lugar a 28 de Outubro de 1856; mas já D. Pedro V, a 24 de Agosto do mesmo ano, tinha visitado as obras da linha até Alverca num combóio especialmente para isso organizado.

CENTENÁRIO DE CAMÕES

Em junho de 1880 celebrou-se em Lisboa o tricentenário de Camões, de maneira verdadeiramente brilhante.

A idea da homenagem ao grande épico partira da Sociedade de Geografia, mas a Academia das Ciências associara-se logo, e a imprensa aplaudira-a com tal entusiasmo que a tornou profundamente popular.

Nessa evocação vibrante do poeta e dos seus feitos, a raça vivera as grandes horas do seu esplendor antigo, o povo sentiu em Camões a simbolização da Pátria infortunada e heróica como ela — e com as homenagens que lhe prestou ergueu-se numa grande ância de renovação e de glória mais livre e mais esperançado.

Entre as festas consagradas a Camões destacaram-se, como particularidades mais belas, o cortejo cívico em que se representaram tódas as colectividades e figuravam vários carros triunfais, e entre êles o galeão que simbolizava a antiga marinha portuguesa, e se encontra actualmente na Sociedade de Geografia, a eloqüentíssima conferência de Latino Coelho na Academia de Ciências sôbre o inolvidável épico, e o cortejo fluvial em que as galeotas levaram para os Jerónimos os despojos de Gama e do seu imortal cantor.

O ULTIMATUM DE 1890: UMA MANIFES-

TAÇÃO PATRIÓTICA

A gravura representa uma dessas frementes manifestações em que o patriotismo da mocidade portuguesa, depois do ultimatum, tão nobremente se afirmou.

A audácia de Serpa Pinto resistindo no Chire aos inglêses tinha irritado contra nós o govêrno de Salisbury, e êsse govêrno não teve dúvidas em arremeçar às faces dos portugueses imposições tão implacáveis que foram uma verdadeira e execranda brutalidade.

O 31 DE JANEIRO NO PÔRTO

A revolta de 31 de Janeiro foi acentuadamente patriótica e republicana; patriótica por ter derivado directamente do ultimatum; republicana porque pretendia principalmente atingir o rei e transformar as instituições políticas.

A gravura representa um dos aspectos dessa revolta quando, depois do inesperado tiroteio da rua de Santo António, os revolucionários entrincheirados na Casa da Câmara resistiam às forças da Guarda Municipal, e a artilharia tinha vindo da serra do Pilar bombardeá-los.

APOTEOSE A JOÃO DE DEUS, EM 1895

No dia 8 de Março de 1895 a mocidade das escolas dignificou-se honrando em João de Deus o poeta lírico genial e o apóstolo da instrução verdadeiramente incomparável.

Na vespera tinham chegado a Lisboa as academias de Coimbra e do Pôrto, e a cidade revestira o jubiloso aspecto que os novos sabem imprimir às máximas consagrações.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

EM LISBOA

A gravura representa a proclamação da República e do governo provisório às 9 horas do dia 5 de Outubro de 1910 nas janelas da Câmara Municipal de Lisboa.

As bandeiras que se agitam no meio da multidão são as usadas pelos antigos grupos revolucionários com o vermelho do lado da ástete e a divisa *Ordem e trabalho* sôbre a esfera.

RIQUESAS COLONIAIS: UM CACOEIRO

As nossas colónias são ainda hoje a mais segura garantia da nossa influência mundial e uma fonte de riquezas que no futuro hã-de ser cada vez mais aproveitada.

Entre as mais ricas regiões ultramarinas portuguesas sobressai essa maravilhosa ilha de S. Tomé onde as árvores predominantes, os cacoeiros, têm permitido um desenvolvimento económico notável entre os mais ricos países do mundo.

ARMAS

A gravura representa uma espingarda Kropatschek, modêlo de que usava hã poucos anos o nosso exército e ainda hoje distribuído à guarda republicana; e uma espada da cavalaria.

UNIFORMES

Ao lado de um marinheiro vê-se um cabo de cavalaria com o uniforme usado ainda à poucos anos — o jaleco debruado de vermelho, os canhões e as divisas vermelhas, as correias brancas, o capote a tiracolo e o capacete de ferragens amarelas

TRAJOS

Os vestidos que a gravura reconstitui todos em pregas, refegos, folhinhos e tufos, são, pela exageração das suas anquinhas e *tournures*, verdadeiramente desgraciosas e desilegantes.

MOEDAS

As primeiras gravuras representam o anverso dos 500 réis ou 5 tostões em prata; e o verso e anverso dos 2.000 réis ou quinto de coroa, em ouro, com o toque de 916 $\frac{3}{4}$ do tempo de D. Pedro V.

A segunda gravura representa um escudo em prata com o toque 835. A gravura desta moeda é de José Simões de Almeida, sobrinho, classificado por concurso público em primeiro lugar.

SELOS

A gravura representa o sêlo mais bonito de 1879 a 1885 cujo original, desenho e gravura, feito por Frederico Augusto de Campos.

O papel selado começou a usar-se em Portugal no ano de 1638.

BANDEIRAS

Pelo advento do governo constitucional adoptou-se um *pavilhão real* encarnado, com as armas nacionais

ao centro. A bandeira de todos os navios de guerra e mercantes passou a ser azul e branca com as mesmas armas; foi esta a primeira *bandeira nacional portuguesa*. As bandeiras militares eram também azuis e brancas.

O laço nacional retomou as côres azul e branca durante todo este período.

Proclamada a República em 5 de Outubro de 1910, foi oficialmente adoptado uma nova *bandeira nacional*, verde e encarnada, com as armas nacionais assentes sobre uma esfera armilar de ouro. As bandeiras militares têm as mesmas côres e a mesma disposição, mas o escudo e a esfera são circundados por folhagem de louro e de carvalho, *bordadas a ouro*.

O laço nacional passou a ser também verde e encarnado.

INDICE

	Pag.
Afonso VI preso em Sintra	70
Albuquerque e os Emissários do Rei de Ormuz	46
Apoteose a João de Deus em 1895.	108
Aqueduto das Águas Livres	72
Armadura de D. Sebastião	61
Armas do 6.º Ciclo	90
» » 8.º » 	109
» » e Utensílios Pre-históricos	8
Arte Manuelina : Custódia de Belém	51
Auto de Fé, Um	57
Bandeiras do 1.º ciclo	24
» » 2.º » 	41
» » 3.º » 	56
» » 4.º » 	65
» » 5.º » 	80
» » 6.º » 	92
» » 7.º » 	104
» » 8.º » 	110

	Pag.
Batalha de Alcácer-Quibir	58
» de Aljubarrota	30
» do Bussaco	95
» de Montes-Claros	68
» do Salado, A	14
Besta, Virote e	38
Biblioteca da Universidade	75
Bobo	40
Bombarda	38
Bússola	38
Caceteiros, O terror Miguelista, Os	98
Cadeirinha	76
Cálice e Patena	52
Cama de D. João V	78
Caminho de Ferro, O primeiro	106
Capela de S. Roque	75
Capelas imperfeitas, As	35
Capote e lenço	101
Casa do Capitulo da Batalha, A entrada da	35
Castelo de Almourol, O	15
» » Guimarães	15
Cavalaria Medieval, A	19
Celtas e Iberos	5
Centenário de Camões	106
Chegada de Felipe I a Lisboa	58
Côche de D. João V	77
» » Felipe I	60
» » D. José	89
Cofre Renascença	53
Condenado pela Inquisição, Um	62
Conquista de Ceuta, A	32
» » Lisboa, A	11
Construção do Convento de Mafra	74
Contador e cadeira de D. João V	77
Côrtes de Coimbra em 1385, As	30

	Pag.
Côrtes Constituintes de 1820	98
Cruzado e Templário	19
Custódia de Belém, Arte Manuelina	51
Decepado, O	31
Distúrbios de Afonso VI em Lisboa	67
Desembarque dos Liberais no Mindelo em 1832	99
Egas Moniz em Leão	9
Elmo de D. João I	39
Entrada na Casa do Capitulo da Batalha, A	35
Episódio da revolução de 1820 no Pôrto	97
Estandarte e espada do Condestável	36
Estátua de D. José	88
» » Pedro Álvares Cabral no Brasil	50
Execução de Gomes Freire de Andrade	96
» dos Távoras	84
Expulsão dos Jesuítas	85
» » Judeus	47
Fábrica de Vidros da Marinha Grande	88
Faianças do 4.º ciclo	62
» » 6.º »	90
Família Real embarca para o Brasil, A	94
Felipa de Vilhena armando os filhos cavaleiros	59
Fernão Vasques falando ao povo	27
Frade do 1.º ciclo	20
» » 2.º »	39
» Franciscano	63
Franceses na primeira invasão, Os	93
Gil Vicente na Côrte de D. Manuel	46
Guerrilhas na guerra Peninsular	94
Iberos e Celtas	5
Infante D. Henrique em Sagres, O	33
Interrogatório do Marquês	86
Isabel de Sambóia no Convento da Esperança	69
Janela do Convento de Tomar	50
João V em viagem à Fronteira, D.	71

	Pag.
João II examina a construção das caravelas, D.	43
Liteira	100
Luzitanos, Os Romanos e os	6
Luxo da Côrte de D. João V	78
Maiúscula de manuscrito.	37
Manifestações no 1.º de Dezembro de 1640	59
Maria da Fonte, Revoltas do Minho em 1846	100
Martim de Freitas em Toledo	12
Miséria no século XVII, Uma penhora	78
Moedas do 1.º ciclo	23
» » 2.º »	41
» » 3.º »	55
» » 4.º »	64
» » 5.º »	79
» » 6.º »	91
» » 7.º »	102
» » 8.º »	110
Morte do Conde de Andeiro.	28
Mosteiro da Bafalha, O	34
» dos Jerónimos	49
Motins de 1637 em Évora	58
Mouros, Os.	7
Ourivesaria Medieval	22
» do tempo de D. João V	76
Oitavo ciclo	105
Padrão erguido pelos Portugueses na Foz do Zaire.	44
Partida de Vasco da Gama para a Índia	45
Patena, Calice e	52
Pedro I Castiga o Bispo do Pôrto, D.	14
» V no Curso Superior de Letras, D.	105
Pendão da Inquisição.	61
Pombal estuda a reconstrução de Lisboa.	86
Prelo	36
Primeiro Caminho de Ferro, O	106
» ciclo	5

	Pag.
Proclamação da República em Lisboa.	108
Quarto ciclo	57
Quinto »	67
Rainha Santa em Alvalade, A	13
Revolta das Freiras de Odivelas	71
Revoltas do Minho em 1847: Maria da Fonte	100
Riquezas Coloniais: Um Cacoeiro	109
Romanos e Luzitanos, Os	6
Sala dos Capelos na Universidade	89
» Mourisca em Sintra.	18
Salva manuelina	52
Sé velha de Coimbra	16
Sege	101
Segundo ciclo	27
Selos do 1.º ciclo	24
» » 2.º »	41
» » 3.º »	55
» » 4.º »	65
» » 5.º »	80
» » 7.º »	103
» » 8.º »	110
Sétimo ciclo	93
Sexto »	83
Tapete de Arraiolos	89
Templário, Cruzado e.	19
Templo de Diana em Évora.	16
Terceiro ciclo	43
Terramoto de 1755, O	75
Terror Miguelista: os caceteiros, O	98
Tomada de Santarém.	9
Torneio Medieval, Um	37
Tortura da Inquisição, Uma.	61
Tôrre de Belém, A	48
» dos Clérigos	75
Trajos do 2.º ciclo	39

	Pag.
Trajos femininos, 7.º ciclo	102
» » 8.º »	110
» masculinos 7.º »	102
» dos nobres 4.º »	63
» » » 6.º »	91
» populares 6.º »	91
» do século xv	53
» » » xvi	54
31 de Janeiro no Pôrto, O	108
Trovador	21
Túmulo de Inês de Castro	17
Ultimatum de 1890	107
Uniformes do 8.º ciclo	109
Virote e Bésta	38

APRECIACÕES

DE

DISTINTOS

PROFESSORES

APRECIAÇÕES

DE

DISTINTOS
PROFESSORES

Ex.^{ma} Sr. Paulo Guedes

Quis a amabilidade de V. Ex.^a proporcionar-me o inefável prazer de contemplar, antes de serem expostos ao publico, os *Quadros da História de Portugal*, coordenados e sistematizados pelos bem conceituados e notáveis professores srs. João Soares e Chagas Franco, e a quem deram todos os primores da factua artística os habilísimos e talentosos artistas do lápis e do pincel, que são Alberto de Sousa e Roque Gameiro; um e outro tão vantajosa e justamente apreciados no nosso meio pela delicada noção estética de que são dotados. Expressir a V. Ex.^a o intenso contentamento que à minha alma de portuguez, doidamente amigo do rincão do extremo ocidente europeu em que nasci e tenho vivido, trouxe o espectáculo d'esses Quadros, em que o génio da nossa raça vibra tão fortemente; é tarefa superior às qualidades da minha humilima pena que só mal e bem tenuemente poderia traduzir quanto o meu espirito sentiu e quão doce refrigério êle recebeu nesta época em que o desdém pelas nossas cousas, para muitos se afigura o mais nobre e levantado timbre de distinção.

Consinta, porém, V. Ex.^a, que lhes diga, com a rude franqueza que sempre me tem caracterizado, que em meu entender, a obra delineada por João Soares e Chagas Franco, executada por Alberto de Sousa e Roque Gameiro, e editada por V. Ex.^a, é obra essencial e sòmente patriótica, digna do mais incondicional auxilio

dos poderes públicos, de todos aqueles que em alguma conta tenham o bom nome desta nossa, boa e querida terra portuguesa.

De facto, uma acção delitérica de bastantes séculos tem arrasado Portugal numa torrente de desnacionalização, que pavorosamente tem galgado sobre todos os elementos de ordem moral, que constituem o mais forte esteio das nacionalidades na luta incessante, que as duas necessidades da vida das colectividades, cada vez mais duras e intransigentes fazem. A língua abastarda-se, e tão densa é já a camada de poeiras estranhas sobre ela acumuladas que, quiçá, não baste o espanador por Filinto aconselhado para a limpá-las; a arte, em todas as suas múltiplas manifestações, é, não raro, uma ancila mesquinha de tudo quanto d'além fronteiras nos introduzem em casa faltando-lhe aquele mergulhar na alma da nacionalidade, aquela absorpção dos elementos fundamentais da psicologia da nossa gente, a única *vis* a que os povos, ainda nos últimos arrancos, podem recorrer para tentarem a sacrossanta obra da sua resurreição. Resultante fatal dessa acção a que aludi, cujos efeitos são mais danosos e perduráveis que a espíritos, mais vivazes do que profundos, possa parecer, é o olvido da nossa tradição, é a ignorância quasi absoluta, quando não o conhecimento inexato, ainda mais nocivo do que a ignorância, da nossa vida histórica, da linha evolutiva com suas saliências e reintrâncias, com seus desvios e afastamentos, que o povo português, no conjunto das sociedades civilizadas, tem vindo traçando na sua já longa existência de oito séculos de organismo social livre. Ora, hoje, precisamente, estamos nós assistindo ao tremendo choque de ambições, por muito tempo reprisadas, de povos, senhores de fortes e enérgicos elementos de vitalidade, ricos de recursos materiais de toda a ordem e não falhos daqueles factores morais, que nunca será de mais repeti-lo, asseguram quasi inabalavelmente a vida dos povos. Amanhã vencidos e vencedores, se no temeroso prélio travado essa distinção se poderá um dia legitimamente fazer, procurarão uns resarcir as suas desditas, outros valorizar as suas vantagens, à custa dos corpos nacionais, cuja consistência e equilíbrio se encontrem seriamente ameaçados pela falta de coesão dos seus diversos elementos, coesão essa que só um indelével amor à pátria, assente na consciência da sua vida histórica e dos seus destinos por esta preparados, pode produzir. E se algum país há na Europa, que careça de temperar-se no amor às suas cousas, no conhecimento dos feitos brilhantes dum passado mais que nenhum outro glorioso, esse é Portugal.

As nossas gerações escolares, aquelas que, amanhã, hão-de constituir a parte activa e a pensante da nossa terra, encontrarão nos *Quadros da História de Portugal*, por V. Ex.^a editado, com tão patriótico e generoso dispêndio de capital, o mais precioso e

inestimável auxiliar para a formação da sua consciência de bons, úteis e dedicados cidadãos portugueses. Os seus olhos, ao contemplarem a representação gráfica da partida de Vasco da Gama para a desejada Índia, ao verem o levantamento do padrão que assinalaria aos vindouros a nossa passagem por lugares ignorados, desvendados através de *mares nunca d'outrem navegados*, ao seduzirem-se com as galas e requintes de gosto duma *janela manuelina*, serão os construtores em sua alma dos mais egrégio e nobilitante dos sentimentos o amor pátrio. E, então, aparecerá nesses cidadãos portugueses, o que até hoje, miseranda e infelizmente, nos tem faltado, o desvanecimento de serem cidadãos duma tão grande Pátria. E esse desvanecimento, *não movido de prémio vil*, será a muralha possante contra a que virão esfacelar-se inofensivas as ondas alterosas de malquerenças e ambições de estranhos; e apagar-se-há, para sempre, a vil tristeza em que temos vindo mergulhados.

Aqui tem V. Ex.^a porque eu, que nada sou e nada valho a não ser pelo amor à minha terra, amor que outrem, quem quer que seja, poderá igualar mas não exceder, não hesito nem hesitarei em proclamar, por toda a parte, que os *Quadros da História de Portugal*, constituem o mais subido acto de patriotismo que, no presente momento histórico, vontades portuguesas podiam levar a cabo, com tamanha perfeição que do estrangeiro nada conheço que se lhe compare. E, sinceramente o digo, obra de portugueses, sentida estremecidamente por portugueses e para portugueses feita!

Que os esforços de V. Ex.^a, de João Soares, Chagas Franco, Alberto de Sousa e Roque Gameiro, correspondam à boa vontade e o reconhecimento de todos cujo berço foi aquecido pelo nosso inigualável sol, e embalado pelas virações embalsamadas da nossa terra, são os votos ardentes e puros de quem deve a V. Ex.^a um dos mais inestimáveis prazeres de espírito, e pede vénia para se subscrever

de V. Ex.^a

Mt.^o Att.^o Ven.^or

Agostinho Fortes

Lente do Curso Superior de Letras

Ex.^{mo} Senhor

Como professor de história, de há muito vinha eu reconhecendo a necessidade de remodelar o processo de ensino nesta disciplina para a qual, geralmente, todos os alunos sentem, quasi repulção.

É que a história, tal qual ela tem sido ensinada até hoje, por mais esforços que tenham feito os professores para tornar esse ensino racional e agradável, é um fardo pesadíssimo para o estudante, que só vê nessa disciplina uma coisa que custa a decorar, para amanhã ou depois se esquecer.

A história é para elles uma série de reis, um amontoado de factos notáveis sem ligação, sem aparentemente apparecerem relacionados. A história é para elles uma disciplina sem encantos, sem imprevistos, e como tal, a aula de história um suplicio.

Mas se nesse ensino o professor lhes puder apresentar quasi ao vivo, os vultos notabilísimos dos portuguezes doutras eras, se lhes puder mostrar os usos e costumes dos séculos já passados, se lhes fizer correr perante os olhos como numa fita animatográfica os feitos dos nossos antepassados, e tudo isto relacionado, tudo isto com uma ligação lógica, então o ensino da história se tornará atraente e a criança não assistirá às aulas de história com enfado mas desejará que essas aulas se repitam.

Ora tudo isto conseguiram os auctores e editor dos Quadros Históricos, e se foram felizes na idealização da arriscada empresa, não menos felizes foram na escolha dos dois grandes aquarelistas para a realização da mesma.

Por isso eu felicito V. Ex.^a e felicito a mocidade estudiosa.

Escolas primárias, liceus e todos os estabelecimentos onde se cultive o ensino da história pátria, deveriam adquirir essa esplêndida colecção.

Carlos do C. A. Villamariz
Professor de Liceu João de Deus

Pela oportuna escolha dos assuntos e pela cuidada execução, estes quadros constituem um precioso auxiliar para o ensino da *História Pátria*. Por meio das referidas estampas fugiremos à secura e aspreza que em geral realçam nos livros escolares; os acontecimentos animam-se, as épocas ressaltam nos seus traços mais característicos, e os alunos tomarão um acentuado interesse pelo ensino desta disciplina.

Todos estes motivos levam-me a aconselhar o uso dos *Quadros Históricos* nas nossas escolas.

Luiz Schwalbach
Professor do Liceu de Pedro Nunes

Presado amigo

Deseja V. Ex.^a saber qual é a minha opinião sobre a empresa a que meteram ombros de publicar uns quadros, e por ciclos diferentes, a história do nosso querido Portugal.

Vou manifestá-la sem reboço esperando que V. Ex.^a veja nas minhas palavras apenas o sentir veemente do patriota e do professor.

A publicação dos seus quadros históricos reputo-a de um valor e de um alcance extraordinários não só pela sua feliz escolha e execução como pelo papel importantissimo que elles, por certo, vão desempenhar nas nossas escolas como auxiliar assaz valioso para o ensino da história

A história é uma sciência de memórias logo, quanto maior número de memórias excitarmos e quanto mais impressivas forem essas excitações para a fixação das ideas, tanto mais e melhor se fixarão os factos que com elles se prendem. Ora, até aqui, nós temos tido para o ensino da história como auxiliares: o livro com as suas impressivas estampas, a visita, sempre difficil, aos museus e aos monumentos nacionais e algumas, poucas, desconexas e difficilentes oleografias que se mostram às crianças.

Os seus quadros históricos vêm dar a esse ensino um dos melhores subsídios que é possível dar-se-lhe porquanto as crianças verão nêles a nossa história revivida com todos os seus tipos, trajes, costumes, moedas, bandeiras, edificações, objectos de arte, instrumentos, etc., próprios de cada época e próprios de cada povo na mesma história tratado. A história fixar-se-lhes-á assim melhor, tal como se elas recuassem até aos tempos passados, e assistissem de olhos abertos, ao desenrolar natural da vida nessas épocas que já vão longe.

E para conseguir um tal milagre deixa-me dizer-lhe, já agora, que não podia juntar-se uma melhor trilogia: Chagas Franco e João Soares, os delicados e escrupulosos seleccionadores dos assuntos a tratar; Roque Gameiro e Alberto Sousa, os inconfundíveis artistas que puseram no tracejar e colorir dêsses quadros, além do seu valor de mestres aquarelistas, tóda a naturalidade que as figuras e as épocas exigiam e, finalmente, o meu amigo que, sem temor de prejuizos, se abalança a uma obra custosa e difficil e que muito o honra pelo que tem de patriótica e pedagógica.

De V. Ex.^aAtt.^o Ven.^o e Mt.^o Obrg.^o*Ricardo Rosa y Alberty*

Inspector Escolar

Ex.^{mo} Sr.

Há longos anos que lecciono e nem sempre encontrei facilidade em fazer com que as crianças aprendam a história. Há nelas uma tendência natural para decorar palavras e até páginas inteiras sem que nos seus pequeninos cérebros fique claramente impressa a ideia dos factos, em relação à época em que se deram.

Vi há dias os *Quadros Históricos* de que V. Ex.^a é editor e francamente devo dizer que fiquei maravilhado, não sabendo que mais admirar se a escolha dos assuntos, se a beleza que o artista lhe soube imprimir com tão assombrosa verosimilhança!

O estudo da História vai sem dúvida dar um grande passo, e as crianças serão em breve aliviadas do pêso de um grande fardo, pois o ensino desta disciplina tornar-se-há atraente, concreto e fácil.

Um bravo, pois, pelo empreendimento de V. Ex.^a, que estou certo calará no ânimo de todo o professorado.

Setúbal, 22 de Agosto de 1915.

De V. Ex.^a

Amigo muito admirador

Saturnino Lopes das Neves

Professor Oficial da Escola N.^o 26

Bom serviço acabam de prestar ao ensino os auctores e editor dos *Quadros da História de Portugal*.

Ao ensino e à Arte, pois que o trabalho agora dado à estampa além do seu valor pedagógico, revela também um notável bom gosto na escolha dos motivos e uma bem acabada execução da parte dos artistas que dêle se encarregaram.

Dos trabalhos congêneres, que de fora nos chegam nada me parece ainda mais próprio para o ensino nas escolas. Porque eu sou daqueles que entendem que a Arte e o bom gosto devem ser despertados no aluno desde os bancos da escola primária, que para ser amada e compreendida tem que ser bem higiénica e bem alegre. Principalmente alegre com essa infância que a enche de ruído, com os seus gritos e os seus risos.

Bem acertada foi, portanto, a escolha dos *Quadros da História de Portugal*, para com êles beneficiar as escolas da República, que assim ficarão tendo além d'um novo material d'ensino um novo encanto, uma nova atracção, ela que tão pobre e tão nua tem andado sempre em Portugal.

Tomás da Fonseca

Professor da Escola Normal de Coimbra

Oeiras, Quinta de São Gonçalo, 16 de Setembro de 1915.

Ex.^{mo} Senhor Paulo Guedes

Posto que na vida militante do ensino não tenha nome, que possa abonar com pesado crédito a minha opinião, tenho muito gosto em satisfazer o seu desejo, exprimindo-lhe o meu juízo acêrca dos seus *Quadros da História de Portugal*. Considero tal obra como signal e elevado tino pedagógico e distinta compreensão do papel educativo que cumpre à sciência histórica por parte dos seus autores, e como uma iniciativa estarrecida e audaz por parte do editor. Não podia mesmo deixar de vivamente aprovar e recomendar tal obra, visto já haver proposto oficialmente a adopção do *Album Histórico* no nosso ensino secundário.

Quanto à execução da ideia, é de crer que seus ilustres autores, arredando juízos políticos e pondo-se de sôbre-aviso contra certas erradas — interpretações históricas, correntes, recorram sempre às autênticas fontes e aos expositores mais seguros, de modo que façam não só obra de útil pedagogia, mas também de rigorosa verdade.

Sou com muita estima

Mt.^o Att.^o e Ven.^{or}

Fidelino Figueiredo

Professor do Liceu Gil Vicente

Il.^{mo} Sr. Paulo Guedes

Pede-me V. Ex.^a a minha apreciação sôbre os *Quadros da História de Portugal*.

É de-certo a mesma que a de todos os que os tenham examinado, por isso que, pela perfeição do desenho, belo colorido e apropriada escolha dos assuntos, devem êsses quadros vir prestar ao ensino da História Pátria um valioso auxílio concorrendo para fazer desaparecer a forma abstracta por que tal ensino até hoje se tem feito, por falta de material adequado. Felicitando V. S.^a por êste louvável empreendimento, que é muito para apreciar, estou certo de que todos os que se interessam pelos progressos da instrução, devem receber com entusiasmo tão valioso auxiliar do ensino de uma disciplina que é considerada como das que maior influência têm na educação.

De V. S.^a

Att.^o Ven.^{or} e Obg.^{do}

Ulysses Machado

Director da Escola Oficial N.^o 9

.....
Sim. A História fala-nos — e num vórtice de luz, numa ressurreição toda em glória, maravilhosa, fascinadora, Nun'Alvares surge-nos com a espada invencível, os olhos de visionário alongados pelos vales, pelas serras, pelos campos de Portugal, agora fixos, logo em extase, procurando em Valverde, no profundo céu de Maio, o sinal de um milagre; Albuquerque de novo se arremessa a Ormaz e a dilacera e trianfa como um leão entre ovelhas; Febo Monís é bem o patriotismo, João de Castro a honra, Martim de Freitas a peregrina lialdade; D. Sebastião põe na derrocada toda a grandeza de uma inegualável tragédia, e em torno deles, em torno de todos, immortalizando a raça, justificando as lendas — na alucinação dos frenesis supremos, na poalha de ouro e azul das apoteoses, nos indefiníveis ceus, dos enlevos — esboçam-se nos combates faces temerárias dos soldados, elevam-se nas galeras dorsos contorcidos de mareantes, drapejam nas barbacãs restos gloriosos de bandeiras, vibram ao infinito estrofes imortais dos *Lusiadas*.
.....

CHAGAS FRANCO, TRECHO DO ALBUM
DA HISTÓRIA DE PORTUGAL.

MÉTODO CALIGRAFICO

POR PINTO DE MESQUITA

Um volume brochado de 75 páginas. Contendo letra comercial, letra inglesa, bastardo, bastardinho, regras caligráficas e ligações. Alfabeto céltico e latino. Alfabeto feito dum só golpe de pena. Alfabeto para correspondência. Letra vertical, letra para senhoras, letra francesa, redonda ou ronda, alfabeto alemão, manuscrito, letra gótica moderna, antiga e de fantasia, e 9 alfabetos de fantasia. É o mais conveniente de todos para os colégios e empregados de escritório. Escudos 8

—*—
CHAGAS FRANCO
e A. MAGNO

PRIMEIROS ESBOÇOS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL



UMA DAS 160 GRAVURAS

GAGO COUTINHO E SACADURA CABRAL, AO PARTIREM
PARA A TRAVESSIA DO ATLANTICO SUL

Aprovada oficialmente para uso das Escolas Primárias

Uma cartonagem de 160 páginas ilustradas com 160 gravuras, vocabulário dos 576 termos usados e marcados com asterisco; e contendo uma lição da viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ao Brasil. Esc 5,20



REDUÇÃO DA CAPA

DESENHO À PENA DE ROQUE GAMEIRO



CHAGAS FRANCO

e JOÃO LOPES SOARES

ALBUM DA HISTÓ-
RIA DE PORTUGAL

232 ILUSTRAÇÕES DE ROQUE GAMEIRO

E ALBERTO DE SOUSA

PROZA ORIGINAL DE CHAGAS FRANCO

1 volume 34×42 com 232 ilustrações coloridas medindo a maior 23×36 c/m. e a mais pequena 3×4 c/m. encadernado em capa especial sob um desenho á pena de Roque Gameiro.

Escudos 200